

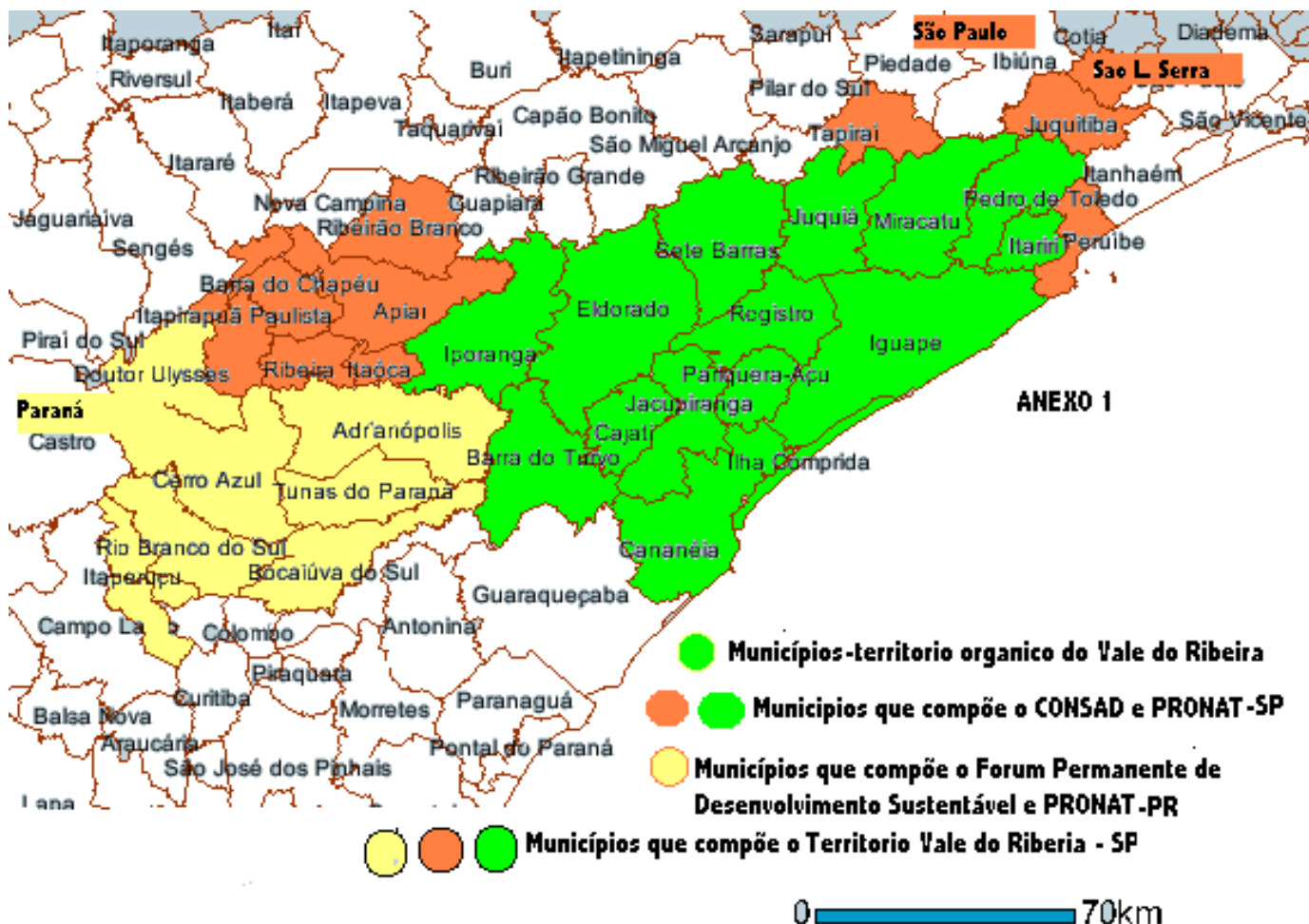
PROJETO

**Elaboração do Plano de Desenvolvimento
Territorial Sustentável do Vale do Ribeira e
Implantação de Projetos Socioambientais
Prioritários**



Registro, janeiro de 2005

Mapa do Território:



DIVISÃO DAS MICRORREGIÕES(*)

Região I – Adrianópolis / Bocaiúva do Sul / Cerro Azul / Doutor Ulisses / Itaperuçu / Rio Branco do Sul / Tunas do Paraná

Região II – Cananéia / Iguape / Ilha Comprida / Pariqueira-açu

Região III – Iporanga / Apiaí / Itaóca / Ribeira / Ribeirão Branco / Barra do Chapéu / Itapirapuã Paulista

Região IV – Tapiraí / Juquiá / Sete Barras / Registro / Jacupiranga / Cajati / Eldorado / Barra do Turvo

Região V - São Lourenço da Serra / Juquitiba / Pedro de Toledo / Itariri / Peruíbe / Miracatu

(*) A conformação das microrregiões poderá ser redefinida no processo de implantação do projeto

Resumo Executivo do Projeto:

O projeto visa desencadear um amplo processo participativo, envolvendo os diversos segmentos da sociedade civil organizada e os diferentes níveis de governança, para a elaboração, discussão, tomada de decisão, pactuação e validação de um Plano de Desenvolvimento Sustentável Territorial do Vale do Ribeira, envolvendo 32 municípios dos estados de São Paulo e Paraná, inseridos na bacia hidrográfica do Rio Ribeira de Iguape.

Ao mesmo tempo, o projeto tem como meta identificar e capacitar representantes das institucionalidades locais, negociar e definir ações prioritárias com forte componente socioambiental e que deverão receber apoio financeiro na terceira fase do projeto.

Espera-se, ao final de sua implantação, que haja a pactuação política e social necessária visando à implantação do Plano de Desenvolvimento Sustentável, o fortalecimento do CONSAD-VR como fórum para a discussão dos temas regionais, a capacitação e o empoderamento das organizações locais da sociedade civil e a implantação de projetos prioritários de caráter socioambiental, como ponto de partida para novos projetos e investimentos para o desenvolvimento do Vale do Ribeira. Projetos e investimentos que conciliem a conservação do meio ambiente e a inclusão social da maioria da população local.

Endereço para Correspondência

IDESC

Rua Sebastião Jorge Ribeiro, 155

Jd Caiçara I – Registro SP CEP 11900-000

Email: idesc@uol.com.br

Fone: 13 38212339

Fax: 13 38215045

TÍTULO:

Elaboração do Plano de Desenvolvimento Territorial Sustentável do Vale do Ribeira e implantação de projetos socioambientais prioritários

ENTIDADE PROPONENTE:

IDESC - Instituto para o Desenvolvimento Sustentável e Cidadania do Vale do Ribeira

FÓRUM DE DELIBERAÇÃO E PACTUAÇÃO:

CONSAD/VR- Consórcio De Segurança Alimentar e Desenvolvimento Local

ÓRGÃO FINANCIADOR:

Fundo Nacional do Meio Ambiente (TOR 03/2004)

PRAZO DE EXECUÇÃO:

24 meses

VALOR TOTAL DO CONVÊNIO:

R\$ 938.035,00:

Valor Financiado pelo FUNDO NACIONAL DO MEIO AMBIENTE:

Em 2004, R\$397.815,00 – Em 2005: R\$ 339.700,00 e em 2006: R\$ 12.480,00.

Valor da Contrapartida:

Em 2004, R\$ 14.812,00 – Em 2005: R\$ 105.422,00 e em 2006: R\$ 67.806,00.

OBSERVAÇÃO: Do Valor total: R\$ 220.000,00 serão aplicados em projetos socioambientais prioritários de acordo com critério estabelecido no Termo de Referencia do FNMA.

Coordenação Técnica - Instituição proponente

Meta	Técnico Responsável
Mobilização e Articulação	Ronaldo José Ribeiro
Capacitação e Formação	Sandra Kennedy
Informação e Comunicação	Margareth Micheleti
Meta IV – Fortalecimento Institucional	CONSAD/Raul Calazans
Elaboração e implantação de Projetos	Ocimar Bim
Acompanhamento e Controle	Roberto Resende
Coordenador Geral	Ronaldo José Ribeiro
Coordenador Financeiro	Ocimar Bim

O IDESC como instituição proponente definiu coordenadores por meta do projeto que trabalham de forma voluntária e é contrapartida ao projeto aprovado pelo Fundo Nacional do Meio Ambiente.

Coordenação Geral do Projeto

- ⇒ Por representante indicado pela Diretoria Executiva do CONSAD-VR;
- ⇒ Por representante indicado pela institucionalidade dos municípios do Paraná,
- ⇒ Pelo coordenador geral do projeto indicado pelo IDESC, como instituição proponente;
- ⇒ Por representantes indicados pelas entidades parceiras

Pequeno Histórico do Projeto:

O Governo Federal através do MINISTERIO do MEIO AMBIENTE (MMA), o MINISTERIO do DESENVOLVIMENTO AGRARIO (MDS), e MINISTERIO do DESENVOLVIMENTO SOCIAL e COMBATE à FOME, vêm buscando atuar de forma articulada e integrada para apoiar o desenvolvimento da região do Vale do Ribeira.

O MDS já está liberando recursos por meio do Programa Nacional de Desenvolvimento Territorial para apoiar o desenvolvimento local e o fortalecimento da Agricultura Familiar. vem atuando nesta região através de apoio ao fortalecimento da agricultura familiar com o financiamento de projetos que são pactuados como prioritários pela comunidade local (governos e sociedade civil do território).

O Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome atua na região, considerada região prioritária, através da formação do CONSAD

O MMA, por sua vez, atua na região através de ações voltadas a proteção do meio ambiente, financiamento de projetos, apoio às comunidades tradicionais, educação ambiental. Do mesmo modo, observa que a ferramenta da AGENDA 21 pode ser importante para criar estratégias de Desenvolvimento Sustentável a curto, médio e longo prazo.

Neste contexto, o MMA publicou o edital 03/2004 que propõe o apoio financeiro para ELABORAÇÃO DE UM PLANO DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL PARA O VALE DO RIBEIRA (32 municípios sendo que 7 localizam se no Paraná). Entre os critérios estabelecidos o edital determina que a entidade proponente deste projeto deveria ser membro do CONSAD.

Desta forma em reunião do Fórum CONSAD realizada nos dias 4, 5 e 6 de novembro o IDESC foi a entidade eleita para apresentar o Projeto, devendo, entretanto aquele FORUM ser o espaço maior de pactuação e deliberação sobre todo o processo de implantação do Projeto.

No curto período entre os dias 5 a 16 de novembro o IDESC estabeleceu contatos firmando parcerias importantes para o êxito do projeto, elaborou o texto do projeto, com a colaboração de vários parceiros.

A proposta de projeto foi aprovada pelo Conselho Deliberativo do Fundo Nacional do Meio Ambiente, em reunião extraordinária realizada nos dias 23 e 24 de novembro de 2004.

A versão final do Projeto foi apresentada durante a II Oficina de Desenvolvimento Territorial realizada nos dias 3 e 4 de Dezembro em Registro e na Assembléia Ordinária do CONSAD realizada no dia 4 de Dezembro de 2004, no hotel estoril em Registro, Vale do Ribeira.

O Convênio foi assinado entre o Diretor Presidente do IDESC, Ronaldo José Ribeiro e a Ministra Marina Silva do MMA e publicado na edição do Diário Oficial da União em 24 de Dezembro de 2004. Sendo que a liberação da primeira parcela de recursos deverá ocorrer na primeira semana de Janeiro de 2005.

O CONSAD – Consórcio de Segurança Alimentar e Desenvolvimento Local do Vale do Ribeira

O CONSÓRCIO DE SEGURANÇA ALIMENTAR E DESENVOLVIMENTO LOCAL - CONSAD DO VALE DO RIBEIRA foi fundado em abril de 2004, estimulado e apoiado pelo Governo Federal através do Ministério do Desenvolvimento Social como estratégia central do Programa Fome Zero.

O CONSAD VALE DO RIBEIRA é uma organização integrada por um Fórum composto por 2/3 de representantes da sociedade civil organizada e 1/3 por representantes do poder público dos municípios de Apiaí, Barra do Chapéu, Barra do Turvo, Cajati, Cananéia, Eldorado, Iguape, Ilha Comprida, Iporanga, Itaóca, Itapirapuã Paulista, Itariri, Jacupiranga, Juquiá, Jucituba, Miracatu, Paripuera-Açu, Pedro de Toledo, Registro, Ribeira, Ribeirão Branco, São Lourenço da Serra, Sete Barras e Tapiraí.

Tem por finalidade precípua executar as atividades previstas no Acordo de Programa de Segurança Alimentar e Desenvolvimento Local, tendo como objetivos: **I** – promover o desenvolvimento econômico e social sustentável e o combate à pobreza; **II** - planejar e executar atividades destinadas a instituir e ampliar as ações de segurança alimentar e nutricional e de promoção do desenvolvimento local; **III** – estimular a cooperação intermunicipal e a elaboração de estudos e pesquisas que contribuam para a promoção do desenvolvimento local; **IV** – preservar, defender e conservar o meio ambiente e promover o desenvolvimento sustentável.

O CONSAD pode e deverá vir a ser um espaço privilegiado para provocar o poder público para ações mais integradas, articuladas e de acordo com as demandas regionais.

O IDESC – Instituto para o Desenvolvimento Sustentável e Cidadania do Vale do Ribeira

O IDESC – Instituto para o Desenvolvimento Sustentável e Cidadania é uma entidade civil, sem fins lucrativos, fundada em 15 de março de 2001, na cidade de Registro São Paulo, com o objetivo de desenvolver estudos, pesquisas e projetos visando promover o desenvolvimento sustentável e a melhoria da qualidade de vida da população do Vale do Ribeira, sudeste de São Paulo, região da Mata Atlântica.

Em 2001, o IDESC deu apoio e suporte às organizações de base de agricultores familiares: Associações de Pequenos Produtores, Sindicatos, Cooperativas e Associações de Quilombo. Ainda em 2001, o IDESC lançou a cartilha "Legislação Ambiental para Agricultores" que sintetiza e esclarece as principais dúvidas dos agricultores sobre a legislação ambiental.

Em 2002, foram realizadas diversas palestras sobre legislação ambiental e manejo sustentado com grupos de produtores e lideranças da CPT/Registro. Além disso, apresentou propostas para o Projeto de Lei da Mata Atlântica, visando garantir os direitos da agricultura familiar e dos posseiros.

O IDESC participou na articulação das reivindicações da sociedade civil, em virtude da realização do Seminário do governo do Estado de São Paulo, no dia 28 de março de 2003, no município de Registro.

Em julho de 2003, o IDESC apoiou a organização e a realização do "Encontro dos Agricultores Familiares do Vale do Ribeira" com o tema "Alimento: Dom de Deus, Direito de Todos", que contou com a participação de 700 agricultores de todos os municípios do Vale do Ribeira.

Representantes do IDESC participaram do Seminário Nacional para a Formação de Consórcios de Segurança Alimentar e Desenvolvimento Local - CONSAD, realizado de 31/07/2003 a 01/08/2003, em Brasília, DF. Atualmente, o representante do IDESC é vice-presidente da Diretoria Executiva do CONSAD do Vale do Ribeira.

O IDESC promoveu o Seminário de Desenvolvimento Sustentável e Biodiversidade da Mata Atlântica, em conjunto com o Mandato da Deputada Mariângela Duarte, em Registro - SP, em 23 de agosto de 2003, que contou com cerca de 500 participantes e que discutiu diversos temas ligados à agricultura familiar, manejo florestal, ecoturismo e pesca.

Além disso, representantes do IDESC estiveram presentes na mobilização e na articulação das eleições dos Comitês Gestores Locais, com a finalidade de garantir a representatividade necessária para a implantação do Cartão do Programa Fome Zero nos municípios.

Ainda em 2003, o IDESC firmou contrato com a SOS Mata Atlântica para a divulgação do Plano de Negócios "Os Guardiões da Floresta nas comunidades de quilombos do Vale do Ribeira".

Em 2003, O IDESC foi um dos organizadores da Oficina do Desenvolvimento Territorial do Ministério de Desenvolvimento Agrário, que definiu as prioridades de investimentos para fortalecimento da Agricultura Familiar no Vale do Ribeira e que reuniu 40 organizações entre associações, sindicatos, cooperativas, ONGs e Prefeituras Municipais.

No final de 2003, o IDESC firmou convênio com o Ministério da Cultura para a implantação do projeto "Cinevale em Movimento". O Projeto de cinema itinerante foi executado em diversas comunidades do Vale do Ribeira, no primeiro semestre de 2004. Foi apresentado o filme nacional "Os Narradores de Javé", de Eliane Caffé, em 18 bairros e comunidades rurais dos municípios de Itaóca, Eldorado e Cananéia atingindo um público de cerca de 2.500 pessoas. As apresentações foram realizadas em locais públicos, como praças, em localidades sem acesso ao cinema. O projeto CINEVALE em MOVIMENTO deverá ter continuidade em 2005 através de novo convênio firmado com o Ministério da Cultura

Em 2004, o IDESC firmou convênio com o Ministério do Desenvolvimento Agrário para a construção do Fórum para a elaboração do Programa de Desenvolvimento Territorial Integrado do Vale do Ribeira. Foram realizadas a I Oficina de Desenvolvimento Territorial em 13 e 14 de setembro de 2004 e a II Oficina em 3 e 4 de Dezembro de 2004.

Parcerias Institucionais:

A implantação do projeto tem como princípio a participação de todos os setores sociais e das instituições pública, privada e não governamentais.

A ampliação das parcerias institucionais é uma atividade prevista no projeto, para ser realizada entre o primeiro e o quarto mês de implantação.

A coordenação do projeto esta a disposição para realizar reuniões de apresentação e de esclarecimento em todas as instituições interessadas em firmar a parceria para participação no projeto.

Para firmar a parceira é necessário observar os seguintes passos:

I Passo: Realizar a discussão interna da instituição para aprovar a participação no projeto

A discussão sobre a parceria deve considerar entre outros aspectos a participação nos objetivos gerais e específicos do projeto, nas contribuições para a construção das propostas do Plano de Desenvolvimento Territorial Sustentado do Vale do Ribeira e em particular nas contribuições que poderão ser incluídas no projeto:

- ⇒ Hora/técnica de profissionais
- ⇒ Estrutura física para as atividades e eventos
- ⇒ Participação nos processos de mobilização
- ⇒ Apoio na comunicação e divulgação
- ⇒ Veículos e equipamentos a disposição do projeto
- ⇒ Recursos Financeiros
- ⇒ Outra contribuição considerada relevante

II Passo: se aprovada a parceria a entidade deve providenciar os seguintes documentos:

- 1 – carta de apoio e adesão como instituição parceira ao projeto
- 2 – Descrição da contrapartida oferecida pela instituição
- 3 – breve currículo da entidade
- 4 – breve currículo de técnicos que poderão contribuir no projeto

III Passo: enviar toda a documentação para o IDESC:

IDESc
Rua Sebastião Jorge Ribeiro, 155
Jd Caiçara I – Registro SP CEP 11900-000
Email: idesc@uol.com.br
Fone: 13 38212339
Fax: 13 38215045

Relação das Instituições Parceiras até janeiro de 2005

ABRBS – Associação Brasileira de Resgate, Busca e Salvamento
AGENCIA - Agencia de Desenvolvimento da Mesorregião Vale do Ribeira-Guaraqueçaba
ÁGUA – Associação dos Amigos e Moradores do Bairro Guapiruvú
APENMA - Associação de Preservação de Espécies Nativas da Mata Atlântica
APIVALE – Associação dos Apicultores do Vale do Ribeira
CAIXA - Caixa Econômica Federal
CEA- Pavó – Centro de Estudos Ambientais
CONSAD – Consórcio de Segurança Alimentar e Desenvolvimento Local
CRESOL - Cooperativa de Crédito Rural com Interação Solidária de Itaperuçu
CUT/VR – Central Única dos Trabalhadores - Sub Sede do Vale do Ribeira
DIR XVII – Direção Regional de Saúde de Registro
EDR Registro - Escritório de Desenvolvimento Regional Registro - CATI
GAIA – Centro de Estudos Ecológicos Gaia Ambiental
IBAMA - APA Cananéia-Iguape-Peruíbe
JUNTOS- Associação do Fórum de Desenvolvimento de Jacupiranga.
Prefeitura Municipal de Iguape
RAMA – Associação de Desenvolvimento Eco-social Integrado
SCELISUL – Sociedade de Cultura e Educação do Litoral Sul
SINTRAF – Sindicato dos Trabalhadores na Agricultura Familiar de Itaperuçu
ULAM – União Latino Americana de Mulheres
UNESP – Universidade Estadual Paulista - Unidade de Registro
CODIVAR – Consórcio de Desenvolvimento Intermunicipal do Vale do Ribeira
FAF – Federação da Agricultura Familiar
Fórum Permanente de Desenvolvimento Sustentável – Paraná
Prefeitura de São Lourenço da Serra
Prefeitura Municipal de Pariquera-açu

Objetivo geral:

Construir um Plano de Desenvolvimento Territorial Sustentável do Vale do Ribeira, com a participação da sociedade civil e governança, capaz de criar uma pactuação efetiva em torno de princípios e diretrizes, projetos e ações de um plano de desenvolvimento que garanta a sustentabilidade ambiental, social, econômica e cultural do Vale do Ribeira São Paulo e Paraná - região definida como território neste projeto.

Objetivos específicos:

- Mobilizar sociedade civil - associações, sindicatos, movimentos populares, trabalhadores, empresários, mulheres, jovens, comunidades tradicionais, agricultores familiares, conselheiros municipais (em especial os conselheiros de saúde, educação, meio ambiente, desenvolvimento rural, assistência social, da criança e do adolescente), instituições de ensino e pesquisa - e os governos municipais, estadual e federal com atuação loco-regional para a discussão acerca de um modelo de desenvolvimento que seja sustentável nos seus aspectos ambientais, socioeconômicos, culturais e políticos;
- Criar um processo que confira legitimidade ao Plano de Desenvolvimento Territorial, baseando na mediação de conflitos e na pactuação entre os atores regionais em torno de um modelo de desenvolvimento que permita o crescimento econômico da região com combate a pobreza, redução das desigualdades sociais, promoção da qualidade de vida harmonizado com os princípios da preservação ambiental e a garantia do futuro as novas gerações;
- Capacitar lideranças locais em elaboração de projetos e acesso aos diferentes órgãos financiadores (públicos e privados);
- Fortalecer o CONSAD como espaço de construção de políticas e projetos concretos de segurança alimentar e desenvolvimento local, constituindo se como instancia privilegiada para acompanhamento, pactuação e gestão de planos e projetos e ações que decorrerão do processo de elaboração do Plano de Desenvolvimento Territorial;
- Contribuir para a criação de um movimento amplo de discussão em torno da temática ambiental, para levar a comunidade a redescobrir a riqueza ambiental da região, suas potencialidades, desafios e o papel de cada cidadão resgatando a auto-estima como região "área de preservação ambiental";
- Definir ações e projetos com estratégias, responsabilidades e prazos que comprometa sociedade civil e governança com a construção da sociedade sustentável do Vale do Ribeira a curto, médio e longo prazo.
- Criar critérios objetivos e justos para priorização de projetos com características ambientais para serem financiados pelo Plano e implantados no período no período de 24 meses.

- Acompanhar, assessorar a implantar projetos selecionados no decorrer do plano, no período de 24 meses.

- Influenciar as políticas de governo no sentido da alocação de recursos prioritários harmonizados com o Plano de Desenvolvimento Territorial pactuado;

- Provocar as ações de governo mais articuladas e transversais, evitando desperdício de recursos públicos, a efetividade das ações e impacto positivo sobre a realidade.

- Estimular para que no decorrer do processo de elaboração do Plano, as articulações entre os atores possam desencadear ações concretas que venham promover o desenvolvimento local sustentável;

- Contribuir para ampliação da inclusão bancária;

- Contribuir para o empoderamento da população para influenciar positivamente, como sujeitos, na construção de uma sociedade saudável;

Resumo do Projeto

O projeto propõe a intervenção em área de alta relevância social e ambiental, que concentra as principais áreas contínuas de remanescentes de Mata de Atlântica do País. O projeto objetiva desencadear um amplo processo participativo, envolvendo os diversos segmentos da sociedade civil organizada e os diferentes níveis de governança, para a elaboração, discussão, tomada de decisão, pactuação e validação de um Plano de Desenvolvimento Sustentável Territorial do Vale do Ribeira, envolvendo 32 municípios dos estados de São Paulo e Paraná, inseridos na bacia hidrográfica do Rio Ribeira de Iguape. Através de metodologias participativas, o projeto prevê a realização de reuniões, oficinas de capacitação e formação, conferências microrregionais, seminários temáticos e a conferência regional para discussão de documento-base do Plano, previamente elaborado com a síntese do diagnóstico regional e com a estruturação de temas para a discussão, de metas de curto, médio e longo prazo e de priorização de ações e projetos. O projeto visa garantir as condições necessárias para a participação das lideranças locais e da representação institucional dos diversos segmentos e atores locais - prefeituras, câmaras municipais, técnicos governamentais, sindicatos, associações, organizações ambientalistas, trabalhadores, empresários, comerciantes, comunidades tradicionais, produtores rurais - em todo o processo. Pretende-se atingir de modo amplo a população, através de ações de divulgação e comunicação, com a finalidade de garantir a transparência e a suficiência de informações visando o estímulo à participação, através da criação de meios próprios de comunicação - jornal impresso, jornal mural, programa de rádio, folhetos, cartilhas - ou dos veículos existentes no Território - jornais emissoras de rádio e televisão. Na condução deste processo, o projeto visa estruturar, fortalecer e ampliar a capacidade de articulação e ação do CONSAD-VR, de modo articulado com o Fórum de Desenvolvimento dos municípios paranaenses do Território. Ao mesmo tempo, pretende-se identificar e capacitar representantes das institucionalidades locais, negociar e definir ações prioritárias com forte componente socioambiental e que deverão receber apoio financeiro na terceira fase de implantação do projeto. Todas as atividades previstas serão acompanhadas, monitoradas, registradas e avaliadas, dentro da perspectiva de um planejamento contínuo para a obtenção dos resultados previstos. Espera-se, ao final de sua implantação, que haja a pactuação política e social necessária visando à implantação do Plano de Desenvolvimento Sustentável, o auto-reconhecimento dos municípios como integrantes do Território do Vale do Ribeira, o fortalecimento do CONSAD-VR como fórum para a discussão dos temas regionais, a capacitação e o empoderamento das organizações locais da sociedade civil e a implantação de projetos prioritários de caráter socioambiental, como ponto de partida para novos projetos e investimentos para o desenvolvimento do Vale do Ribeira. Projetos e investimentos que conciliem a conservação do meio ambiente e a inclusão social da maioria da população local.

Considerações iniciais sobre o território proposto.

A avaliação da situação atual apresentada neste diagnóstico requer algumas considerações sobre a área de abrangência definida como território pelo Termo de Referência do FNMA 03/2004 de que trata este Projeto, abrange 32 municípios, envolvendo o estado do Paraná e São Paulo.

Assim, tendo como ponto de partida a conceituação mais usual de território como: *"projeção e expressão de uma identidade de uma população - com características sócio-culturais, ambientais, político - institucionais e econômicos peculiares, de tal forma que o processo de desenvolvimento interage com estes elementos"*. Pode-se afirmar que, até o presente momento, o recorte geográfico proposto pode não se constituir em um território. Embora o território possua semelhanças sócio-econômicas, não existe interação significativa entre os aspectos culturais e político-institucionais e, apenas em certa medida, tem semelhança nos aspectos ambientais.

Mesmo considerando somente a área localizada no estado de São Paulo, também não existe consenso sobre o recorte do território reconhecido como Vale do Ribeira.

No sentido restrito do conceito de território, ou seja o auto-reconhecimento e a identidade em múltiplos aspectos. O território do Vale do Ribeira é formado por quinze municípios, da região denominada baixo Vale do Ribeira: Registro, Barra do Turvo, Cajati, Cananéia, Eldorado, Iguape, Ilha Comprida, Iporanga, Itariri, Jacupiranga, Jiquiá, Miracatu, Pariquera-Açu, Pedro de Toledo, Registro e Sete Barras. É sobre este território que reside o maior número de estudos, diagnósticos e planos existentes. (anexo 1 e 2)

Entretanto, o território paulista do Vale do Ribeira, se avaliado a partir da área definida pela Bacia Hidrográfica, o "território" abrange ao todo 23 (vinte e três) municípios, coincidindo com o recorte territorial do CODIVAR - Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento do Vale do Ribeira. (anexo 2)

Do ponto de vista do recorte administrativo, a área de abrangência das instituições do governo estadual e federal, assim como os programas e projetos de governo estadual ou federal em execução, assumem outros recortes como o Programa de Desenvolvimento Integrado e Sustentável da Mesorregião do Vale do Ribeira e Guaraqueçaba - Programa do Ministério da Integração Regional, através de sua Secretaria de Programas Regionais Integrados, ou o CONSAD - Consórcio de Segurança Alimentar e Desenvolvimento Local (24 municípios) - fórum que congrega sociedade civil e governança local - articulado pelo Ministério do Desenvolvimento Social, ou ainda o PRONAT - Programa Nacional de Desenvolvimento de Territórios Rurais, articulado pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (24 municípios), (anexo 1).

Deste modo, a área da porção paulista do Vale do Ribeira, proposta no recorte deste Projeto, acompanha um recorte próximo do estabelecido pela da Bacia Hidrográfica, excetuando o município de Peruíbe e de Ribeirão Branco e também muito próximo do recorte definido pelo CONSAD, excetuando o município de Peruíbe.

Do mesmo modo, a área do Vale do Ribeira, do lado do estado do Paraná, no território proposto pelo Projeto, envolve os municípios Adrianópolis, Bocaiúva do Sul, Cerro Azul, Doutor Ulisses, Itaperuçu, Rio Branco do Sul, Tunas do Paraná que estão articulados entre si no Fórum de Desenvolvimento Regional

Alguns destes municípios estão vinculados ao Programa da Mesorregião, composto pelos seguintes municípios: Adrianópolis; Antônia; Apiaí, Barra do Chapéu, Barra do Turvo, Bocaiúva do Sul, Cajati, Campina Grande do Sul, Cananéia, Cerro Azul, Doutor Ulisses, Eldorado, Guaraqueçaba, Guaratuba, Iguape, Ilha Comprida, Iporanga, Itaóca, Itaperuçu, Itapirapuã Paulista, Itariri, Jacupiranga, Juquiá, Juitituba, Matinhos, Miracatu, Morretes, Pariquera-açu, Pedro de Toledo, Peruíbe, Pontal do Paraná, Paranaguá, Quatro Barras, Registro, Ribeira, Ribeirão Branco, São Lourenço da Serra, Sete Barras, Tapiraí, Tunas do Paraná (ANEXO 2 e 3)

Assim verifica-se que todos os municípios do Vale do Ribeira localizados no estado de São Paulo participam do CONSAD - Consórcio de Segurança Alimentar e Desenvolvimento Local (Ministério do Desenvolvimento Social) e do PRONAT - Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Territorial (Ministério do Desenvolvimento Agrário).

No estado do Paraná, os municípios do Vale do Ribeira compõem um território de atuação do PRONAT e também estão inseridos na área de abrangência do Programa da Mesorregião (anexo 3)

Deste modo pode-se inferir que partindo da diretriz fundamental de propiciar uma atuação articulada e integrada das políticas de governo em uma dada região, levou-se à proposição desta área como sendo um único território em função das suas características sociais, econômicas e ambientais.

Por isso, apesar das considerações iniciais apontadas, pode-se afirmar que é possível e mesmo necessária incrementar a articulação social, cultural, econômica e política desta área como um território. Uma vez que existe identidade social, econômica e ambiental e salientado-se que a "falta de identidade" reside na falta de convivência social, cultural e política, principalmente entre o "território" Vale do Ribeira no estado de São Paulo e Vale do Ribeira no Paraná, que requer estímulo ao auto-reconhecimento mútuo.

Deste modo, em função do recorte territorial ainda inédito proposto pelo Termo de Referência o diagnóstico da situação atual será apresentado em separado da porção paulista e da porção paranaense do plano e dentro da porção paulista será apresentado em mais detalhe o diagnóstico da região do baixo vale.

Portanto, o território aqui denominado Vale do Ribeira compreende 32 municípios: Registro, Barra do Turvo, Cajati, Cananéia, Eldorado, Iguape, Ilha Comprida, Iporanga, Itariri, Jacupiranga, Juquiá, Miracatu, Pariquera-Açu, Pedro de Toledo, Registro, Sete Barras, Adrianópolis; Apiaí, Barra do Chapéu, Bocaiúva do Sul, Cerro Azul, Doutor Ulisses, Itaóca, Itaperuçu, Itapirapuã

Paulista, Juquitiba, Peruíbe, Ribeira, Ribeirão Branco, São Lourenço da Serra, Tapiraí, Tunas do Paraná. (anexo 4)

Breve Caracterização do Vale do Ribeira - SP

O Vale do Ribeira paulista esta localizada na região sudoeste e litoral sul do estado de São Paulo e compõe a bacia hidrográfica do Rio Ribeira de Iguape.

É uma das mais antigas regiões de colonização do Brasil e suas condições de solo, clima e relevo ajudaram a condicionar uma ocupação histórica bastante diferenciada de outras regiões.

A região se destaca dentro do Estado de São Paulo em função das suas características sociais, econômicas e ambientais.

O Vale do Ribeira representa cerca de 7% da área do estado de São Paulo e atualmente mais de 60% da área da região são recobertos por vegetação florestal, de remanescentes de Mata Atlântica, concentrando a maior área de parques e reservas estaduais (anexos 6 e 7)

A população total, dos 25 municípios paulistas, soma 432.543 habitantes, com uma taxa de urbanização média de cerca de 65%. A taxa de urbanização mostra uma situação atípica, enquanto para o estado de São Paulo está estimada em 93,4 % regionalmente, tem grandes oscilações, pois em Registro é 80,%, enquanto em Sete Barras é 34%. A densidade demográfica média é 21 hab./ Km², mas em Registro atinge 71,1 hab./ Km², enquanto em Iporanga é de apenas 3,6 hab./ Km². Esta população representa 0,72% da população do estado e apenas 0,22% da atividade econômica do Estado de São Paulo.

O diagnóstico detalhado do Vale do Ribeira, no estado de São Paulo é apresentado nos anexos ao projeto:

Tipificação socioeconômica Agrícola e Ambiental dos Municípios do Vale do Ribeira - Agenda de Ecoturismo do Vale do Ribeira, publicado em 2003 e que pode ser acessado e copiado no seguinte endereço eletrônico, que é apresentado em anexo ao projeto: http://www.valedoribeira.sp.gov.br/cd_desenv_sustentavel/agenda.htm

Relatório para os anais do Seminário de Desenvolvimento Sustentável e Biodiversidade da Mata Atlântica, agosto de 2003, que foi publicado encarte pelo Mandato da Deputada Federal Mariângela Duarte. Câmara Federal, 2004 e (apresentado em anexo ao projeto)

Breve Caracterização do Vale do Ribeira - PR

O Vale do Ribeira paranaense esta localizada na região nordeste do estado e compõe a bacia hidrográfica do Rio Ribeira de Iguape.

A região predominante agrícola possui características bastante peculiares de clima e relevo.

A população total dos 7 municípios é de 90.708, (dados de 2000) e predominante rural com uma taxa de urbanização de 52,4%, com exceção do município de Itaperuçu e Ribeirão Branco.

A região é marcada também pelos condicionantes ambientais e possui duas unidades de conservação estaduais na área: O parque estadual das lauráceas (27.524,33ha) e o Parque Estadual de campinhos (208,12 ha)

Apresenta também problemas de ordem social e econômica, com baixos índices sociais e estagnação econômica. Os municípios apresentam o índice de desenvolvimento humano (IDH-M) abaixo da média paranaense e da média nacional.

A agricultura é pouco expressiva na região com algum destaque para a produção de frutas e no extrativismo da madeira. Na área industrial destaca a presença da indústria cimenteira.

O diagnóstico mais detalhado, estabelecido como referência neste trabalho é o Vale do Ribeira: referências da dinâmica regional, IPARDES, 2003 (apresentado em anexo ao projeto)

Origem dos problemas

Inicialmente, cabe registrar que basicamente em função das suas características ambientais, a região do Vale do Ribeira não participou dos principais ciclos da economia paulista, em especial o do café. Seu papel na economia paulista foi prioritariamente de fornecedor de alimentos a baixo custo para as cidades (inicialmente arroz e depois banana) e também como reserva de terras e de mão-de-obra. Mesmo a experiência de colonização de maior sucesso, a imigração japonesa, se insere neste quadro.

Muitas vezes a preservação de recursos naturais é usada para explicar a pobreza. Entretanto, esta influência é muito pequena considerando-se o conjunto das outras políticas públicas e o baixo capital social da região. Capital social aqui é entendido como a capacidade de ação coletiva, o grau de confiança dentro da comunidade. Considera-se que existe uma complementação entre capital físico-econômico (insumos, infra-estrutura e financiamento), capital humano (educação e preparação técnica) e capital social (relações de confiança). A capacidade de ação coletiva pode potencializar e otimizar a combinação entre os demais tipos de capital, no processo de desenvolvimento efetivo e inclusivo.

Pode-se afirmar que a economia local é fortemente subordinada à do resto do estado, o que se repete nos aspectos políticos, administrativos e culturais. É marcante também a preponderância das iniciativas governamentais sobre as da sociedade e mesmo sobre as dos agentes empresariais.

Também deve se destacar que no campo da ação estatal ocorre a predominância do Governo estadual sobre os demais níveis. Os municípios são bastante dependentes de repasses orçamentários e o governo federal tem pouca presença direta. Isso apesar de vários pontos, como constituir região fronteira entre São Paulo e Paraná. A Bacia do Rio Ribeira abrange dois estados, mas ainda não tem um instrumento de gestão integrada, dos recursos naturais (como um Comitê de Bacia federal), ou outros temas.

Também deve ser destacada a importância de recursos naturais regulamentados no nível federal. Os remanescentes de Mata Atlântica cobrem mais de 60% da região, constituindo Patrimônio Nacional, conforme a Constituição, e têm seu uso regido por normas federais. O

mesmo se aplica aos recursos marinhos, representados pelo Complexo Estuarino Lagunar de Iguape e Cananéia.

Destaca-se também a existência de comunidades tradicionais, sujeitas de direitos específicos, como os indígenas e remanescentes de quilombos.

No período recente, a principal intervenção estatal na região foi a construção da rodovia BR-116, ligando São Paulo a Curitiba, no final dos anos 1950, e, apesar de não objetivar diretamente o atendimento da região, foi a maior indutora dos processos de mudança na sua estrutura econômica e na rede urbana.

Diversos programas, organizações e projetos governamentais, em especial no nível estadual, foram propostos para a promoção do desenvolvimento da Vale do Ribeira.

Nos anos 1960, o Governo do estado de São Paulo começou a propor ações planejadas para a região, como a Comissão do Litoral, a Operação Caiçara, o Plano Global para o Desenvolvimento do Vale do Ribeira e Litoral Sul e a criação do Serviço do Vale do Ribeira. Estas iniciativas não tiveram resultados significativos, mas começaram a definir a necessidade de ações específicas para esta região bastante diferenciada de São Paulo, considerando aspectos como a criação de infra-estrutura básica, programas de saúde pública e educação e a questão da propriedade da terra.

Em 1969, foi criada uma instituição permanente para implementar os programas de desenvolvimento da região, a Superintendência do Desenvolvimento do Litoral Paulista (SUDELPA) que teve duas fases bem distintas: a "empreiteira", nos anos 1970, e a "sócio-ambiental", após 1982. De modo geral foi caracterizada mais pela implementação pulverizada de pequenos projetos de infra-estrutura, bastante marcada pelo clientelismo e pela ineficiência, com menor atuação nas ações estruturantes para o desenvolvimento social e econômico.

No fim dos anos 1970 a SUDELPA sofreu sérias restrições orçamentárias, iniciando-se a estagnação de suas atividades e consolidando-se a decisão sobre a priorização de obras pelo chamado "Programa de Auxílio às Prefeituras", através de reivindicações diretas e pontuais, ao invés do planejamento, favorecendo o clientelismo político.

Nesta época também foram implantados: o Programa de Saneamento Rural e o Programa dos Postos de Atendimento Rural (PAR), uma importante inovação, da formação de agentes de saúde eleitos pelas comunidades, iniciativa decorrente da conjunção de ações entre alguns funcionários públicos e de várias comunidades.

Nesta ocasião também foi criado o Centro de Desenvolvimento Agrícola do Vale do Ribeira (CEDAVAL), que se originou do interesse demonstrado pelo governo japonês em fomentar o desenvolvimento da região. Projeto que fracassou na sua forma proposta devido principalmente à sua inadequação ao prever investimentos maciços para estabelecer uma agricultura altamente capitalizada e tecnicamente sofisticada, não levando em conta as condições atípicas da região do Vale, dos pontos de vista sócio-econômico, fundiário e ambiental.

Na década de 1980, a SUDELPA observou maior priorização de questões sociais e ambientais. Como exemplos tem-se o Convênio São Paulo/Paraná, para gestão integrada do Complexo Lagunar de Iguape/Cananéia/Paranaguá, que se propunha a ser um projeto piloto da aplicação da nova legislação ambiental brasileira. Também foi lançado pelo governo paulista o Plano Básico de Desenvolvimento Auto Sustentado para a Região Lagunar de Iguape e Cananéia, onde se visava, através de estudos, o planejamento e controle do uso de recursos naturais, o incremento da infra-estrutura social e de serviços de saúde e educação para um desenvolvimento organizado.

O MASTERPLAN também foi um projeto desta época, envolvendo vários órgãos do governo estadual e que propunha uma ação propositiva e integrada do governo do Estado para o desenvolvimento do Vale do Ribeira. Incluía um diagnóstico dos fatores limitantes do desenvolvimento da agricultura na região, relacionando a questão do meio físico e a necessidade de regularização fundiária, sendo criados um Grupo de Resolução de Conflitos de Terra e um de Regularização Fundiária de Parques e Reservas Florestais. Contemplava a necessidade de geração de "pacotes tecnológicos" adequados para a região, bem como a de se organizar sistemas adequados de difusão de tecnologia, crédito e comercialização e proteção dos recursos naturais, e também a ênfase dada a questão da agricultura em várzeas. Muito pouco destes projetos foi realmente efetivado.

Apesar, ou talvez por causa de sua reorientação, a SUDELPA foi extinta logo em seguida, decorrente do desgaste do órgão, na medida em que não desempenhava a contento as antigas funções de maneira clientelista, gerando reclamações de políticos locais. Ao mesmo tempo as novas funções de caráter sócio ambiental foram sendo assumidas pelas novas Secretarias, a de Meio Ambiente e a de Assuntos Fundiários. Esta fase marca o surgimento de iniciativas como o Gerenciamento Costeiro, que prevê instrumentos como os Zoneamentos Ecológicos Econômicos e Planos de Ação e de Gestão. Atualmente, esta proposição ainda não se concretizou através dos Decretos de Regulamentação, o que torna estas políticas ainda sem efeito concreto.

Nesta fase ainda foram lançados projetos de apoio à agricultura familiar cujos principais exemplos são: o Projeto Emergencial de Apoio à Pequena Agricultura (PEAPA); o Programa de Ação Comunitária Integrada do Vale do Ribeira (PACI-VR), e o Projeto de Monitoria Agrícola do CEDAVAL, que também não tiveram continuidade.

A intervenção do governo estadual na região até os anos 1980 foi parcial e incompleta, apesar de conseguir a integração territorial e marcar a presença do Estado na região, com grande número de obras de pequeno médio e porte em toda a região.

Observa-se o aumento da concentração fundiária, resultado da valorização das terras, decorrente dos investimentos governamentais em infra-estrutura.

Observa-se que o efeito da melhoria das condições de transporte tende a ser apropriado pelos grandes produtores, que possuem meios próprios, e também pelos intermediários, que

compram a produção dos pequenos. A melhoria de infra-estrutura, feita de forma isolada, pode implicar em concentração de renda e/ou transferência para fora da região. O crédito rural subsidiado teve sua eficácia na região prejudicada pela questão da titularidade das terras, que impede o posseiro de apresentar garantias e pelos custos bancários que dificultam os pequenos empréstimos, mesmo que subsidiados pelo governo.

A valorização das terras fez os conflitos aumentarem, com o aumento da especulação imobiliária, grilagem, expulsão de posseiros. Este conjunto de políticas públicas até implicou em um desempenho positivo na economia, inclusive quando comparado ao do resto do estado. Este processo, entretanto, foi marcado pela fragmentação, pelo clientelismo e pela falta de democracia do planejamento resultaram basicamente na inserção subordinada da região.

Nos anos de 1990 nota-se algumas mudanças na orientação das políticas públicas, sendo reforçadas as abordagens de caráter sócio ambiental, da participação da sociedade civil e da articulação do Governo estadual com as prefeituras.

Em 1995, foi concebido o PLANO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO VALE DO RIBEIRA - Instituto da Cidadania - originou da realização da Caravana da Cidadania organizada pelo hoje Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na parte paulista do Vale do Ribeira. Envolveu sociedade civil e governos locais (municípios e estado). Tinha um caráter de apontar as linhas do desenvolvimento regional sustentável: regularização fundiária, duplicação da BR 116, criação de uma universidade pública e gratuita, apoio a agricultura familiar, apoio as comunidades tradicionais como quilombolas (anexo 5) e caiçaras, apoio a projetos de geração de emprego renda e ações emergenciais de combate a fome. Este plano tem orientado a implantação de muitas dessas ações pelos governos no nível estadual e federal no Vale do Ribeira.

A presença direta do Governo federal continua discreta nas ações de desenvolvimento regional. Neste ponto destacam-se ações extremamente pontuais como o financiamento de atividades produtivas através do programa de Projetos de Execução Descentralizada (PED), do Ministério do Meio Ambiente. Ao mesmo tempo, a ação de nível federal mais expressiva foi a duplicação da BR 116, que mesmo que ainda incompleta apresenta reflexos evidentes na economia regional.

Nesta fase uma importante experiência de gestão na região é o Comitê da Bacia Hidrográfica (CBH-RB), criado segundo a legislação paulista. Este Comitê é um colegiado tripartite, composto pelos representantes das prefeituras; da sociedade civil e de órgãos estaduais com atuação na Bacia. O Comitê da Bacia do Ribeira foi instalado em janeiro de 1996, constituindo uma experiência importante de institucionalizar a gestão participativa. Mas, sua margem de manobra é ainda bastante limitada. Em grande parte por não ter definido um plano de ação que realmente articulasse os vários atores e seus interesses e potencialidades, tem se posicionado pontualmente, principalmente nos casos de grandes projetos.

Sua eficiência nesse sentido é prejudicada por diversos motivos:

- papel apenas consultivo, com pouca margem de atuação;
- falta de tradição e dificuldades de representação e de atuação de entidades da sociedade civil e a tendência à fragmentação das discussões, com cada ator priorizando seus interesses imediatos;

- os governos municipais e as repartições estaduais ainda não levam a sério esta proposta de gestão, que implica em divisão de poder e competências, mantendo-se a preponderância do governo estadual;

- falta de confiança necessária entre os envolvidos;

- gestão de um único recurso, a água, e não o conjunto dos recursos naturais.

Em 1997, após as cheias foi proposto pelo governo do Estado um Plano Emergencial para o Vale do Ribeira, cujo efeito principal foi a reconstrução da infra-estrutura viária prejudicada. Demais ações, de caráter integrador e com efeitos estruturais (como o caso da regularização fundiária) não foram priorizadas ou efetivadas, novamente.

Mais recentemente a proposição de "A Agenda Rural" foi um processo que promoveu diversas reuniões com as comunidades rurais para o levantamento de demandas entre 2000 e 2001. Apesar de ter sido promovida por órgãos do Governo estadual não chegou a influenciar as ações deste de forma significativa.

- PROGRAMA DA COMUNIDADE ATIVA (2001 - 2002). Apesar de organizado pelo governo estadual e federal e de ter envolvido significativamente a sociedade civil, também não comprometeu a governança (municipal, estadual ou federal) na execução das ações propostas que dependiam de recursos públicos. Contribuiu significativamente para fortalecimento da organização social fazendo surgir ONG, associações a partir deste processo. Os planos de desenvolvimento local e o plano regional, com os diferentes projetos propostos, sequer ficaram de posse da sociedade local.

Iniciativas Desenvolvidas

Durante as últimas décadas, a região do Vale do Ribeira foi objeto de inúmeros estudos acadêmicos em diversos aspectos do conhecimento da realidade regional: sociológico, antropológico, econômico, agrícola e ambiental. Do mesmo modo, foi palco e cenário de diversas iniciativas, planos e projetos governamentais de desenvolvimento regional neste período.

Uma avaliação inicial das atividades iniciativas já desencadeadas para a elaboração de planos ou projetos desenvolvimento da região, deve se destacar que embora fartamente elaborados para a região, foram insuficientes para apontar o rumo de uma sustentabilidade social, econômica, cultural, ambiental, política e menos ainda foram capazes de impactar a realidade regional de forma a garantir melhor qualidade de vida com superação dos problemas existentes.

Buscando caracterizar algumas destas experiências, um breve resgate histórico destas iniciativas nos leva a agrupar as principais experiências em três grandes grupos considerando sua amplitude, envolvimento da sociedade civil e governos, e princípios e conceitos de desenvolvimento que nortearam os planos:

Grupo I - Neste grupo podemos agrupar os planos elaborados pelos governos, sem envolvimento da sociedade local (seja sociedade civil, seja governança local);

São planos que não envolveram a sociedade civil e, portanto não criaram espaços de pactuação e agenda de compromissos para sua implantação. Por outro lado, partiam de concepções e de uma base conceitual desenvolvimentista propondo pacotes tecnológicos para a agricultura, ignorando as especificidades ambientais - e em grande medida apontando as restrições ambientais e as características ambientais como um problema a ser superado - numa perspectiva de impingir nesta região modelos de desenvolvimento de outras regiões do estado. Pode se destacar neste grupo o MASTERPLAN e o PRODAVAR.

Grupo II Neste grupo as experiências podem ser caracterizadas como aquelas que, coordenados por instâncias de governo estadual ou federal, provocou participação da sociedade civil, sem entretanto, criar efetiva implicação das instâncias de decisão governamental com a implantação das atividades ou projetos propostos neste processo de consulta ou participação da sociedade civil e instâncias de governo regionais.

Também apresentam grande debilidade para sua execução com o agravante de, por ter mobilizado a comunidade regional, criar grande expectativa com relação as ações de governo propostas no processo.

Neste se destacam a Agenda Rural, o Programa Comunidade Ativa e a Agenda de Ecoturismo

Grupo III - Este grupo pode se ser caracterizado pelos Planos de Desenvolvimento Regionais que foram construídos por e pela sociedade civil organizada, mas com pouco ou nenhum envolvimento, mesmo que formal, da governança.

Destaca-se neste grupo **PLANO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO VALE DO RIBEIRA.**

Grupo IV - Neste grupo reunimos algumas iniciativas pontuais ou específicas relacionadas com o manejo e conservação dos recursos naturais da região que guardam entre si a semelhança de conciliar a geração de emprego e renda como uso sustentado dos recursos naturais. São iniciativas ainda em desenvolvimento com vários entraves relacionadas a tecnologia de manejo, de viabilidade econômica, de acesso aos mercados consumidores e de capacidade administrativa e financeira.

Destaca-se neste grupo os projetos relacionados com a conservação e o manejo do palmito Juçara (*Euterpe edulis* Mart.) ao manejo de plantas medicinais e ao uso sustentado dos

recursos pesqueiros, principalmente o projeto de Ostra da comunidade do Mandira, em Cananéia-SP.

Grupo V - Neste grupo foram reunidos algumas iniciativas e projetos de caráter pontual como tentativas de mobilização e discussão para o desenvolvimento regional ou a apresentação de plataformas e agendas setoriais de atuação. Com destaque para o fórum de desenvolvimento do Vale do Ribeira e para o Encontro da Agricultura Familiar

Por fim, na esfera municipal existem muitos projetos de desenvolvimento municipal foram elaborados, além de grande produção acadêmica e de trabalhos de diagnósticos realizados.

Entretanto, todos estes planos e outros não descritos aqui ou são parciais, por abordarem apenas alguns aspectos ou e, principalmente, por que não envolveram efetivamente sociedade civil e governos municipais, estadual e federal, no sentido de, por um lado, empoderar efetivamente a sociedade civil para construir suas alternativas, seus caminhos e, de outro lado, comprometer a governança com a sua implementação.

Breve Caracterização das Iniciativas

Apresentamos aqui uma breve caracterização das iniciativas existentes e os seus principais resultados. Entretanto o levantamento e a avaliação destas iniciativas não se esgota nesta apresentação. E por isso deverão ser objeto de uma das metas do plano que será implantado. Do mesmo modo a caracterização das iniciativas do lado paranaense do Vale do Ribeira ficou prejudicado nesta apresentação em função do escasso tempo para a sua elaboração.

Ainda algumas iniciativas não foram relacionadas e caracterizadas, apesar da sua importância específica em função da falta de informações para a sua descrição, durante o período de elaboração deste diagnóstico. E por isso mesmo estão aqui somente relacionadas no final deste capítulo.

O MASTERPLAN

Este plano é uma referência fundamental para o entendimento da realidade regional. Foi projeto de governo do estado de São Paulo, coordenado pela Secretaria de Planejamento do Governo Franco Montoro, em 1982, o MASTERPLAN envolveu vários órgãos do governo estadual e que propunha uma ação propositiva e integrada do governo do Estado para o desenvolvimento do Vale do Ribeira. Incluía um diagnóstico dos fatores limitantes do desenvolvimento da agricultura na região, relacionando a questão do meio físico e a necessidade de regularização fundiária, sendo criados um Grupo de Resolução de Conflitos de Terra e um de Regularização Fundiária de Parques e Reservas Florestais. Contemplava a necessidade de geração de "pacotes tecnológicos" adequados para a região, bem como a de se organizar sistemas adequados de difusão de tecnologia, crédito e comercialização e proteção dos recursos naturais, e também a

ênfase dada a questão da agricultura em várzeas. Muito pouco destes projetos foi realmente efetivado.

PROGRAMA DE FORTALECIMENTO DAS VOCAÇÕES DAS COMUNIDADES RURAIS DO VALE DO RIBEIRA - Agenda Rural (2001).

Voltado para a área rural em especial, para os extratos de agricultores familiares, envolveu significativamente a sociedade civil organizada da área rural, levantou prioridades e propostas para diferentes áreas para o fortalecimento das comunidades rurais. Não comprometeu o poder público na execução das ações.

Este é um trabalho que envolveu a quase totalidade dos municípios de São Paulo, considerados neste projeto como Vale do Ribeira, São Paulo. A única exceção se faz para o município de Ribeirão Branco e os municípios do Paraná.

Segundo observações de um dos técnicos responsáveis pela coordenação do Programa a *"Agenda Rural estabeleceu uma nova dinâmica, pois a Comunidade Ativa já estava desenvolvendo trabalho em 21 municípios da região. Dado que o programa da Comunidade Ativa busca elaborar um plano de ação municipal e um fórum permanente em cada município, a Agenda Rural passou a atuar no sentido de integrar estes planos regionalmente"*.

Como iniciativa conjunta de diversos órgãos governamentais, constituiu-se uma Comissão Gestora em parceria com organizações não governamentais.

Após a realização de oficinas micro regionais surgiram propostas que foram levadas ao Encontro Regional realizado em dezembro de 2001, onde aprovou-se um

plano de trabalho, que coordenado pela Comissão Gestora, deveria dar continuidade ao Programa de Fortalecimento e Vocação das Comunidades Rurais, cujas ações estão divididas por temas:

Organização dos Agricultores Familiares que compreende a criação das associações, a estruturação e fortalecimento dos Conselhos Municipais e Regionais de Desenvolvimento Rural (CMDR e CRDR), a integração da Comunidade Ativa e da Agenda Rural, a consolidação da Agenda Rural como fórum permanente e participativo e a integração do Comitê de Bacias Hidrográficas do Vale do Ribeira (CBH-RB) com a Agenda Rural e com a participação da sociedade civil.

Melhoria da comercialização da produção, que busca a criação de cooperativas de crédito, da central regional de comercialização e de agroindústrias familiares descentralizadas, a melhoria da comercialização, a instalação de galpões do agronegócio e a elaboração de seminários sobre comercialização de plantas medicinais, agricultura orgânica e artesanato.

Melhoria do acesso ao crédito através do PRONAF, do Banco do Povo e do Fundo de aval.

Adequação/conhecimento da legislação ambiental através das seguintes atividades: elaboração de projetos de desenvolvimento sustentável, regulamentação da legislação ambiental para adequá-la à realidade do Vale do Ribeira, assistência técnica ambiental rural, policiamento florestal, ambiental e educativo, estruturação de um núcleo permanente de educação ambiental da Secretaria do Meio Ambiente (SMA), implantação dos comitês de gestão das unidades de conservação, ampliação dos debates do Comitê de Gestão junto as Unidades de Conservação (UC) e articulação dos projetos ambientais da Agenda Rural com esforços e metas do Plano de Bacia Hidrográfica.

Regularização fundiária que se Concentra na titulação de quilombos, demarcação das terras indígenas e demarcação de terras de posseiros.

Melhoria das ações da extensão rural e assistência técnica através da elaboração do programa de desenvolvimento da agricultura da familiar, da coordenação dos trabalhos das casas da agricultura (CAs) aos princípios da Agenda Rural e da readequação da estrutura e dos quadros técnicos, dos órgãos e das ações do Estado.

Incentivo ao agro e ecoturismo por meio da melhoria das estradas da região, do fortalecimento da REMAVALÉ e suas associações de monitores ambientais e da execução do programa de trabalho da Agenda de Ecoturismo do Vale do Ribeira.

Melhoria da saúde na área rural através da divulgação para as comunidades do papel da equipe de saúde da família, do curso de capacitação dos conselheiros de saúde, da adequação da atuação das equipes da saúde no modelo proposto no Programa de Saúde da Família (PSF), da garantia da participação das comunidades nos conselhos municipais de saúde, do incentivo às comunidades a participar das conferências municipais de saúde, da capacitação das equipes do PSF na utilização de ervas medicinais, da realização de levantamento das necessidades em saneamento básico, da realização do Fórum bienal de saúde do Vale do Ribeira e do curso de capacitação de uso de agrotóxicos.

Implantação de sistema de informação e comunicação por meio da melhoria do sistema de localização das comunidades rurais e da implantação dos telefones comunitários e da rede de comunicação e informação nas casas da agricultura.

Educação no meio rural através da implantação da pedagogia de alternância no sistema de educação, da reabertura das escolas rurais Unidade Educacional de Ação Comunitária (UEACs), do melhoramento das escolas rurais (reformas e equipamentos), da capacitação dos professores destas unidades escolares e do incentivo à participação dos representantes de educação dos municípios com debates e melhoria destas unidades escolares, já que quase todas as escolas rurais estão sobre o seu gerenciamento.

Em 2002, a Comissão Gestora iniciou um processo de avaliação da Agenda Rural, onde destacam como aspectos positivos: "Pessoas e instituições comprometidos com os trabalhos da Agenda; Vocações e alternativas para o desenvolvimento sustentável e gestão integrada das

ações foram mapeados; Aproximação das comunidades e os órgãos governamentais; Participação das comunidades no processo de planejamento; Ações das secretarias de estado avaliadas ; Comunidades rurais foram mobilizadas, integradas e valorizadas. E como aspectos negativos apontam: Alguns setores governamentais não se envolveram; Falta de informação para as comunidades após o encontro; Falta da participação de verdadeiras lideranças rurais em alguns locais; Grande expectativa gerada nas comunidades sem a resposta concreta correspondente Dificuldade de integração com o Programa Comunidade Ativa" (COMISSÃO GESTORA, 2001).

Observa-se, seja pelos próprios documentos produzidos pela coordenação do Programa, seja pela ausência de resultados concretos que, embora proposta e coordenada pelo governo de estado, o principal problema foi a falta de implicação dos níveis de decisão do governo estadual com a implementação das ações.

Desta forma, apesar de amplamente discutido, as ações que dependem de ação e recursos governamentais não foram implantadas. Observa-se um relativo aumento do capital social com a constatação do surgimento de algumas associações ou grupos de produção nas áreas rurais.

PROGRAMA DA COMUNIDADE ATIVA.

O programa foi lançado em julho de 1999, por decisão do governo federal, inspirado nas propostas do programa Comunidade Solidária, representando a participação direta da União na estratégia de indução ao Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável (DLIS).

Teve como objetivo promover o desenvolvimento social por meio de:

Indução ao desenvolvimento integrado e sustentável do local,

Capacitação das comunidades carentes para a descoberta de suas vocações e potencialidades,

Articulação e de convergência de ações de governo e da celebração de parcerias com a sociedade civil em municípios onde pelo menos 20% das famílias vivem abaixo da linha de pobreza.

A proposta de desenvolvimento local é implementada através de uma Agenda Local que deriva do Plano de Desenvolvimento Local. Os Estados e os municípios são convidados a aderir a um termo de parceria para, primeiramente, registrar as suas responsabilidades na execução do programa.

DLIS é um modo de promover o desenvolvimento formando comunidades mais sustentáveis, capazes de suprir suas necessidades imediatas; despertar suas vocações locais e desenvolver suas potencialidades específicas; e fomentar o intercâmbio externo aproveitando-se das vantagens locais.

Para tanto, o DLIS promove parcerias entre o Estado e a sociedade civil, na qual ocorrem ações multissetoriais integradas, convergentes numa dada localidade que pode ser um bairro, um povoado, um distrito, um município, uma microrregião, uma microbacia, etc.

O enfoque era fundamentalmente o desenvolvimento local (compreendido como esfera municipal), não se consolidando em plano regional.

Na região do Vale do Ribeira, nos municípios do estado de São Paulo - de onde dispomos de dados sobre esta atividade - podemos afirmar que foi desenvolvido nos anos de 2001 e 2002, envolveu significativamente a sociedade civil, mas também não comprometeu a governança (municipal, estadual ou federal) na execução das ações propostas que dependiam de recursos públicos.

Na mesma medida em que, num primeiro momento, envolveu e motivou significativamente a sociedade civil, num segundo momento, em função do descompromisso da governança com a implantação das ações propostas, gerou na mesma medida, um forte e negativo sentimento coletivo na sociedade civil de desesperança, desmotivação e descrença no poder público e na sua própria capacidade como cidadãos, de contribuir para mudança.

Entretanto, observa-se alguns produtos positivos, localizados num ou outro município, como a criação de ONG, associações de moradores ou associações de produtores, a partir deste processo.

No entanto, pouco pode-se avaliar de produtos deste processo - sejam propostas locais de desenvolvimento, sejam de projetos implantados - uma vez que documentos de memória ou alguma publicação final não ficaram de posse da sociedade local, na grande maioria dos municípios.

PROGRAMA DA AGENDA DE ECOTURISMO DO VALE DO RIBEIRA (2003).

A Agenda de Ecoturismo do Vale do Ribeira tem o objetivo de estudar, planejar e fomentar o ecoturismo como instrumento do desenvolvimento sustentável regional. Faz uso de estratégias de planejamento, capacitação, informação e divulgação, fomento e incentivo à adequação da infraestrutura.

O objetivo maior do programa é torná-la agente transformador de sua realidade, empreendedora da atividade turística, contribuindo assim para a melhoria das condições de vida, conservação do meio ambiente e valorização da cultura tradicional.

Nos nove anos de trabalho da Agenda, foram realizadas diversas atividades. Em 1995 e 1996, foi implantado o programa de treinamento "Agentes Municipais de Ecoturismo", desenvolvido por meio de cinco oficinas para funcionários municipais e representantes da iniciativa privada dos municípios. Em parceria com as atividades da Agenda, através do Projeto Escola SUTACO (Superintendência do Trabalho Artesanal nas Comunidades), da Secretaria do Trabalho, foram desenvolvidos cursos de artesanato, visando valorizar formas de artesanato

típicas e fomentar formas alternativas de geração de renda. A partir de um curso piloto em Tapiraí, em 1996, iniciou-se uma terceira linha de capacitação, voltada para os Monitores Ambientais. A continuidade desta linha de ação foi viabilizada por recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) e coordenada pela organização não governamental Instituto Ing-Ong de Planejamento, que capacitou moradores vizinhos às Unidades de Conservação e demais áreas de visitação da região do Vale do Ribeira para atuar como monitores ambientais.

Em 1998, realizou-se o Primeiro Inventário Turístico do Vale do Ribeira. O inventário é um instrumento para o planejamento turístico, tanto setorial quanto territorial, pois, a partir dele, pode-se realizar avaliações e estabelecer prioridades para a aplicação dos recursos naturais e culturais disponíveis na região.

Os dados serviram de base para a Oficina de Avaliação e Planejamento dos trabalhos da Agenda de Ecoturismo do Vale do Ribeira, feita em 1999 no Parque Estadual da Ilha do Cardoso. Participaram representantes de prefeituras de vários municípios do Vale, ONGs, associações de monitores ambientais, proprietários de pousadas, estudantes de turismo e a equipe da Agenda de Ecoturismo para fazer uma análise dos trabalhos desenvolvidos, observando os avanços e as deficiências ("Carta da Ilha do Cardoso"). Ao final de 1999, o Governo de São Paulo iniciou a idealização do Fórum de Desenvolvimento do Vale do Ribeira. A Agenda de Ecoturismo incorporou-se à organização do Fórum, em março de 2000, garantindo a atividade turística como um dos três setores prioritários a serem discutidos.

Entre 2000 e 2001, foram realizadas as oficinas de planejamento participativo da Agenda Rural do Programa de Fortalecimento das Vocações das Comunidades do Vale do Ribeira. Este programa surgiu da necessidade de levantar e compreender as demandas e vocações das comunidades rurais, seus sonhos e desafios, fortalecendo a organização social e a integração das ações.

Em agosto de 2000, obteve-se aprovação do projeto "Desenvolvimento Sustentável da Bacia do Rio Ribeira de Iguape - uma análise das condições e limitações socioeconômicas ao ecoturismo", financiado pelo FEHIDRO. No entanto, os recursos foram disponibilizados apenas em dezembro de 2002. A atualização do inventário foi viabilizado através de parceria com a Vitae Civillis/WWF, a partir da qual se organizou, em julho de 2002, no Parque Estadual da Ilha do Cardoso, uma Oficina de Capacitação dos Agentes Locais do Vale do Ribeira.

Nesta Oficina, elaborou-se em conjunto com os agentes locais e coordenadores os questionários a serem aplicados no trabalho de campo, de forma que os agentes locais pudessem colocar suas opiniões e se familiarizar com os questionários.

Após o término da Oficina, realizou-se, num período de aproximadamente quatro meses, o trabalho de campo. O objetivo deste projeto foi a elaboração de um estudo aplicado, caracterizando as atividades socioeconômicas da região, tomando seus municípios como unidades básicas de planejamento. Paralelamente, foram levantados os condicionantes e as

limitações ao desenvolvimento, procurando detectar os problemas advindos das atividades produtivas, em especial, da agropecuária e abastecimento.

Assim sendo, com o ecoturismo, desenha-se uma integração de atividades com potencial de criação de emprego e renda. O Programa desenvolvido pela Agenda de Ecoturismo do Vale do Ribeira conclui neste momento, mais uma importante etapa, com a apresentação deste relatório em três partes que contemplam os itens apontados no escopo dos Termos de Referência.

A primeira parte - TIPIFICAÇÃO SOCIOECONÔMICA, AGRÍCOLA E AMBIENTAL DOS MUNICÍPIOS DO VALE DO RIBEIRA - aborda as questões socioambiental, fundiária, de pobreza e desigualdade na região, tipificando os municípios conforme vários indicadores sociais, econômicos e ambientais, de forma a evidenciar as diferenças de condições de vida entre eles, refletindo sobre as variáveis estratégicas para o fortalecimento de sistemas produtivos locais. Pretendeu auxiliar no entendimento de como os agentes podem vir a compreender a posição relativa da região diante do estado de São Paulo.

Na segunda parte - UMA ESTRATÉGIA PARA AUMENTAR O EMPREGO E A RENDA DAS COMUNIDADES RURAIS DO VALE DO RIBEIRA - mostra como é a atual forma de exploração nos estabelecimentos, em que praticamente a área total é explorada por poucas culturas e o destino da produção é preponderantemente entregue à intermediário. Ainda observa-se a presença marcante de produção agrícola voltada para subsistência. Em função da tendência observada do desenvolvimento do complexo rural mundial e das particularidades do brasileiro, demonstra a necessidade de uma nova estratégia para a inserção no mercado dos produtos agrícolas do Vale do Ribeira.

E a terceira parte - PLANO DE DESENVOLVIMENTO INTEGRADO DO TURISMO SUSTENTÁVEL DO VALE DO RIBEIRA - sintetiza os dados e informações existentes sobre a situação da atividade turística na região do Vale do Ribeira, reunindo em um único documento os fatores, variáveis, conjunturas, aspectos positivos e negativos, bem como as oportunidades e os riscos de seu desenvolvimento, a partir de sua evolução histórica e contexto atual (diagnóstico) e prognóstico turístico (tendências evolutivas do turismo na região, sem a intervenção governamental).

Tais cenários possibilitam o melhor referenciamento de ações públicas direta e indiretamente ligadas à atividade turística, mas que têm antes de tudo, a fundamental missão da melhoria da qualidade de vida das comunidades ali residentes, aliado às experiências turísticas enriquecedoras e sensibilizadoras da problemática ambiental da região e da sociedade de consumo, em especial dos principais núcleos emissores de turistas.

Próximos Passos As ações imediatas a serem realizadas como Proposta de Continuidade do Programa da Agenda de Ecoturismo incluem:

- o Publicação do "Manual de Turismo Sustentável do Vale do Ribeira";
- o Publicação de um livro a partir do Relatório;

o Seminário para divulgação e promoção do livro, do manual e do documentário;

Ações de Médio Prazo:

- Criação de um Sistema de Informação atualizável, a partir do Banco de Dados do Inventário Turístico que estará disponível em cada município;
- Oficinas de Planejamento Participativo com as comunidades rurais cuja preferência está no desenvolvimento da renda e do emprego tendo por base o ecoturismo; e como referência o Relatório Final do projeto "Desenvolvimento Sustentável da Bacia do Rio Ribeira de Iguape - uma análise das condições e limitações socioeconômicas ao ecoturismo";
- PDITS - Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável para a Região do Vale do Ribeira, a ser implementado de 2004 a 2007.

Entre as novas estratégias da Agenda de Ecoturismo do Vale do Ribeira para dar continuidade aos trabalhos, há necessidade de articular e integrar com outros órgãos públicos nas três esferas de governo: municipal, estadual e federal. Nesse sentido, a Agenda já vem articulando e participando com outras entidades atuantes na região: a Rede Social do Governo do Estado de São Paulo, o Consórcio de Segurança Alimentar e desenvolvimento Social Vale do Ribeira e o Ministério da Integração Nacional / Agência de Desenvolvimento da Mesorregião do Vale do Ribeira - Guaraqueçaba, já utilizam os resultados e demandas da Agenda Rural e da Agenda de Ecoturismo.

O Ministério da Cultura / Secretaria de Áudio Visual, o Ministério do Meio Ambiente / Secretaria de Desenvolvimento Sustentável e Secretaria de Biodiversidade e o Ministério Desenvolvimento Agrário / Secretaria de Desenvolvimento Territorial e Secretaria de Agricultura Familiar estão em negociações para uma ação conjunta com a Agenda de Ecoturismo no Vale do Ribeira.

O PLANO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO VALE DO RIBEIRA.

Coordenado no primeiro momento de elaboração e síntese pelo Instituto da Cidadania no período entre 1995 e 1996, foi um produto da Caravana da Cidadania coordenada pelo, hoje Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na parte paulista do Vale do Ribeira, mais especificamente os 15 municípios do território mais orgânico da região: Registro, Barra do Turvo, Cajati, Cananéia, Eldorado, Iguape, Ilha Comprida, Iporanga, Itariri, Jacupiranga, Juquiá, Miracatu, Pariqueira-Açu, Pedro de Toledo, Registro e Sete Barras

Em momentos posteriores ele foi rediscutido em fóruns municipais e regionais, nesta fase sob a coordenação do IDESC, buscando ampliar a participação da sociedade civil na sua construção (1998, 2002 e 2003).

Envolveu sociedade civil e governos locais (municípios e estado). Teve um papel importante de mobilização da sociedade civil desta região para sair de uma postura, até então dominante, de

agir apenas na reação aos projetos e ações governamentais, sem capacidade, contudo, de apresentar o seu projeto, passando portanto, para uma postura mais propositiva.

Teve um forte componente conceitual e metodológico pautado na visão da criação da sustentabilidade da sociedade regional, quer nos aspectos ambientais, sociais, econômicos, políticos e culturais. Provocou forte participação social, entretanto envolveu efetivamente a sociedade civil organizada e, principalmente, as organizações populares sindicais comprometidas com a transformação social. Teve portanto, um componente ideológico marcante, definindo como princípios:

"COMBATER A POBREZA: Há uma estreita relação entre pobreza e destruição dos recursos naturais. Ambiente saudável e qualidade de vida são a tradução concreta da proposta de uma sociedade sustentável";

GARANTIR O FUTURO: As gerações futuras merecem e têm o direito as mesmas oportunidades de desfrutar os recursos naturais de que dispõem, hoje, as populações que vivem nessas áreas. Ao mesmo tempo deve ser garantido o direito de todos a uma boa qualidade vida já;

INTEGRAR A POLÍTICA AMBIENTAL ÀS DEMAIS POLÍTICAS SETORIAIS: Não existe uma política ecológica por si mesma. A ação do poder público deve-se manifestar em todas as ações do Governo, seja na garantia de que as relações sociais, econômicas e políticas da região, no sentido de melhorar as condições de vida, especialmente dos setores menos favorecidos;

DEMOCRATIZAR A PARTICIPAÇÃO: É preciso contar, necessariamente, com a participação das pessoas do local tanto no momento de planejamento quanto na sua implantação. O lema é pensar globalmente mas agir localmente, pressupõe um conjunto de ações integradas (não isoladas) e positivas por parte do poder público e da sociedade civil, em todos os níveis e setores.

Construiu um plano de desenvolvimento regional sustentável economicamente viável, socialmente justo e ambientalmente sustentável, propondo a formulação e a implementação de um planejamento estratégico em quatro dimensões: a ação emergencial, a ação estrutural, a recuperação das políticas públicas e o fomento ao crescimento econômico.

Apresentando a perspectiva de um planejamento estratégico, dimensionado no tempo que pressupõe ações que sejam de curto prazo (plano emergencial), de médio prazo (as políticas públicas e estruturais) e de longo prazo (o fomento ao crescimento econômico).

Entretanto, este plano não criou compromissos dos governos com sua implantação durante o processo de elaboração, mas instrumentalizou a sociedade civil para vários movimentos reivindicatórios, como por exemplo, o caso do Movimento pela Criação da Universidade Pública e Gratuita, a luta pela duplicação da BR 116, o movimento pela criação de uma Central de Comercialização para a Agricultura Familiar pressionando os governos estadual e federal implantação de muitas dessas ações.

O produto do primeiro momento da elaboração deste Plano, 1995/1996 foi entregue ao governo de estado, Senhor Mario Covas.

Os momentos de rediscussão do Plano, em 1998 e 2002, continuaram a mobilização em torno de um dos temas principais de mobilização junto ao governo de estado que foi a implantação da Universidade Pública e Gratuita o que certamente contribuiu para a implantação da UNESP - Unidade Diferenciada de Registro em 2002.

Em 2003 este plano foi apresentado por lideranças regionais a vários ministérios (Ministério do Desenvolvimento Agrário, Ministério Extraordinário de Segurança Alimentar e Combate a Fome, Ministério do Meio Ambiente.)

Várias ações do governo federal em curso na região, certamente tomaram este plano como instrumento de decisão e articulação destas ações: implantação do CONSAD na região do Vale do Ribeira - o primeiro a ser implantado no país; a liberação de recursos para a agricultura familiar; o recente convenio INCRA/ITESP para acelerar o processo de regularização fundiária; a implantação da Reserva Extrativista do Mandira; recursos para apoio ao desenvolvimento sustentável das comunidades quilombolas, dentre outras ações.

O quarto grande movimento de discussão em torno deste Plano, em 2003, que ocorreu por ocasião da preparação e realização do **SEMINÁRIO BIODIVERSIDADE DA MATA ATLÂNTICA E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL** levou a sensibilização do governo federal para ações como a implantação do Centro de Biodiversidade da região do Vale do Ribeira-SP, recursos para projetos de apoio a pesca artesanal e revisão da gestão do terminal pesqueiro de Cananéia.

Projetos com ênfase na conservação da biodiversidade da Mata Atlântica no Vale do Ribeira

Projetos para a Conservação e Manejo do Palmito-juçara *Euterpe edulis*

Existem várias iniciativas para a conservação e manejo do palmito-juçara em andamento na região do Vale do Ribeira , estado de São Paulo que poderão compor um Plano de Ação Integrada para a conservação e o Manejo do Palmito-juçara na Mata Atlântica.

O Seminário Biodiversidade e Desenvolvimento Sustentável da Mata Atlântica, realizado no dia 23 de agosto de 2003, em Registro apontou a conservação e o manejo do palmito como uma das prioridades de trabalho.

Neste contexto apesar da legislação que permite o manejo da espécie e do trabalho de fiscalização (Polícia Ambiental, Polícia Civil e dos Guardas Parque) a exploração clandestina do palmito-juçara é uma realidade comprometendo a conservação dos remanescentes de Mata Atlântica, principalmente das Unidades de Conservação, as boas iniciativas de manejo que acabam prejudicadas com o roubo de palmito.

Esta situação tem como causa fundamental a situação de exclusão social e econômica da maioria da população rural e da periferia das cidades que não tem alternativas de renda e de trabalho e se sujeitam a praticar a coleta ilegal do palmito.

Projeto da Comunidade do Rio Preto, Sete Barras

A comunidade está situada no entorno do Parque Estadual de Carlos Botelho. Neste projeto a comunidade produz muda de palmito e de espécies nativas. As mudas de palmito estão sendo utilizadas para o enriquecimento de áreas de capoeira, áreas degradadas e bananais abandonados. As mudas de plantas nativas estão sendo aproveitadas pelas empresas (SABESP, Viaoeste) para a recuperação de áreas. Existe também proposta de projeto piloto para o aproveitamento da polpa de semente de palmito. Este projeto tem o apoio do Instituto Florestal e Fundação Florestal.

Projeto da Comunidade de Guapiruvu, Sete Barras

A comunidade está situada no entorno do Parque de Intervalos. Desenvolve atividades de produção de mudas de palmito-juçara e de pupunha. Desenvolve projetos também de artesanato, produção de banana e ecoturismo. A comunidade deverá ser priorizada como área de reforma agrária e deverá desenvolver projeto de manejo sustentado nas suas áreas de floresta. Este projeto tem apoio do Vitae Civilis, CPT, Fundação Florestal

Manejo Sustentado da Fazenda Colônia Nova Trieste

A área pertence a S/A Agroindustrial Eldorado e possui 30.000 hectares. Atualmente são 10 projetos de manejo, totalizando 8.500 há. A propriedade esta localizada na área de entorno do Parque Intervalos. Existem projetos de pesquisa na área com plantas medicinais e plantas ornamentais. A empresa em interesse no desenvolvimento de outros projetos como por exemplo enriquecimento de áreas de capoeira para produção de palmito-juçara, fornecimento de semente para o enriquecimento de áreas. Aproveitamento dos recursos hídricos (água mineral)

Plano de Negócios Guardiões da Floresta

Este plano de negócios envolve 10 comunidades de quilombo e 577 famílias e 35 mil hectares de floresta, localizadas no município de Iporanga e Eldorado. O projeto visa estabelecer pacto socioambiental para cessar o corte de palmito na área, em função dos levantamentos realizados que demonstram forte desequilíbrio das populações naturais. O Plano de Negócios visa principalmente o repovoamento das áreas de floresta com sementes e mudas de palmito. Implantação de agroindustria de polpa de semente e de palmito em conserva. Prevê o enriquecimento de áreas com pomares de produção de sementes e de palmito e a recuperação de 50 Km de mata ciliar do rio Ribeira. O projeto prevê também a implantação de mecanismos para o pagamento por serviços ambientais com a proposta de renda mínima ambiental e sistema de vigilância da área.

Este plano de negócios foi financiado com recursos do Projeto Sustentabilidade e Certificação da Mata Atlântica, desenvolvido pelo CNRBMA - Reserva da Biosfera, SOS Mata Atlântica, IMAFLORA, com recursos do FUMBIO.

Plano de Negócios da Reserva de Desenvolvimento Sustentável

A Fazenda São Bartolomeu, com 12 mil hectares esta localizada no município de Tapiraí na área de entorno do Parque Carlos Botelho. Nesta área foi realizado trabalho de levantamento da titularidade da terra, inventário florestal, inventário de fauna, do potencial para o ecoturismo e inventário das populações de palmito. A empresa proprietária da área tem interesse em negociar a área com o governo federal em pagamento de dívidas com o INSS e outros impostos federais e implantar uma Reserva de Desenvolvimento Sustentável. Propõe a formação de uma OSCIP para administrar o Plano de Negócios e incentivar a formação de uma cooperativa com agricultores e posseiros situados no entorno para realizar atividades de repovoamento da área com sementes e mudas de palmito e no futuro implantar o manejo sustentado. A empresa se propõe também a investir recursos financeiros na ordem de R\$ 4.800.000,00 para a implantação da infra-estrutura, manutenção de equipe técnica, aquisição de sementes, implantação de sistema de vigilância e para realizar a produção de sementes e mudas para o repovoamento.

Conservação e Manejo de Plantas Medicinais

Já estão em andamento diversas iniciativas de manejo de plantas medicinais na região do Vale do Ribeira, em função da legislação estadual a portaria 52/98 do DEPRN que incentiva o manejo sustentado de plantas medicinais. Apesar disso, ainda ocorre a exploração ilegal de plantas medicinais na Mata Atlântica. As principais iniciativas estão descritas a seguir

Projeto da Cadeia Produtiva de Plantas Medicinais - AEPAM

A AEPAM é a associação de manejadores de Plantas Medicinais de Vale do Ribeira e congrega produtores de plantas medicinais. Realizou no início deste ano encontro que reuniu cerca de 60 produtores e instituições de assistência técnica, universidades e institutos de pesquisa. Em conjunto com o SEBRAE e outras instituições esta desenvolvendo o projeto de cadeia produtiva buscando envolver produtores, comerciantes e indústrias de processamento. O SEBRAE-SP já realizou estudo sobre a cadeia produtiva de plantas medicinais para o estado de SP em 2002.

Plano de Negócios de Manejo de Plantas Medicinais - Quilombos

O Plano de Negócios foi elaborado com recursos do FUMBIO e apoio da Fundação florestal. O plano de negócios foi aprovado em 2002 e o contrato de financiamento com o FUMBIO foi assinado recentemente, para aplicação de recursos na ordem de R\$ 200.000,00. O Plano envolve quatro comunidades (Ivaporunduva, São Pedro, Pedro Cubas e Sapatú), já possui plano de manejo aprovado pelo DEPRN de 5 espécies e pretende alcançar 15 espécies. Os recursos previstos são para ampliação do Plano de Manejo, implantação de infra-estrutura de pré-processamento e de processamento de plantas e apoio.

Projeto de Pesquisas e Manejo de Plantas Medicinais - Atlântica

A empresa Atlântica Assessoria obteve recursos do Programa PIPE/FAPESP para o desenvolvimento de pesquisas em manejo e processamento de plantas medicinais da Mata Atlântica. O projeto é desenvolvido pelo pesquisador Alexandre Mariot. O projeto é desenvolvido em área de 2000 hectares da Fazenda Colônia Nova Trieste. Possui plano de manejo de 7 espécies aprovados pelo DEPRN e uma Unidade de Beneficiamento localizada no município de Registro.

Projeto de Manejo do Chapéu de Couro

Este projeto foi desenvolvido com o apoio do IBAMA de São Paulo. A comunidade foi organizada em cooperativa, a Cooperervas, possui autorização especial de manejo expedida pelo IBAMA de São Paulo e possui projeto para implantação de Unidade de Beneficiamento.

Projeto de Manejo de Plantas Medicinais Barra do TURVO

Cerca de 10 produtores localizados no município de Barra do Turvo desenvolvem projeto de manejo e cultivo de plantas medicinais com o apoio do PROTER, possuem planos de manejo aprovado pelo DEPRN e pequenas unidades de beneficiamento nas propriedades. O projeto conta com o apoio do IBENS para elaboração de plano de negócios.

Produção e Manejo de Plantas Ornamentais

A produção de plantas ornamentais representa uma atividade econômica no Vale do Ribeira, principalmente nos municípios de Pariquera-açu, Registro, Iguape e Miracatu. A produção de palmeiras ornamentais, plantas de forração e antúrio é significativa. Existem também algumas iniciativas para o manejo de plantas ornamentais, descritas a seguir.

Projeto de Manejo da Samambaia Silvestre

A samambaia silvestre sempre foi coletada nas área do litoral e existe intensa comercialização do produto para arranjos florais. O projeto de Manejo da Samambaia silvestre é desenvolvido no município de Ilha Comprida. As pesquisas foram desenvolvidas em 1999 e 2000 pela UFSC e Atlântica Assessoria. Atualmente existe uma associação de manejadores AMPIC - Associação de Manejadores de Plantas Nativas de Ilha Comprida que congrega 100 pessoas.

O plano de manejo foi aprovado pelo DEPRN e a comercialização da produção conta com o apoio da Prefeitura Municipal. O projeto foi reconhecido e aprovado nacionalmente

Projeto de Manejo do Sphagnum

O Sphagnum, denominado popularmente de veludo e fofão, é intensamente explorado nas áreas de restinga do litoral, nos municípios de Ilha Comprida e Cananéia. Já foi desenvolvido padrão de manejo em projeto implantado no município de Ilha Comprida em favor da AMPIC.

A iniciativa estimulou a organização da Associação de Manejo de Cananéia e a elaboração de plano de manejo, também aprovado pelo DEPRN.

Projeto de Conservação e Produção de Mudanças de Bromélias Nativas

O projeto é desenvolvido pela Atlântica Assessoria, na área da Fazenda Nova Trieste, conta com plano de manejo aprovado pelo DEPRN e recursos do CNPq/RHAe de inovação tecnológica e do programa PIPE/FAPESP. O projeto conta também com o apoio da UFSC.

O projeto visa a conservação das espécies nativas de bromélias, atualmente exploradas e comercializadas clandestinamente, através da conservação "in situ", do desenvolvimento de protocolo de propagação massal para produção de mudas e a implantação de rede de viveiristas parceiros para o desenvolvimento e comercialização de mudas.

Possui laboratório de micropropagação de plantas, localizado em Registro, com capacidade de produção de 300.000 mudas/ano, onde atualmente estão sendo produzidas mudas de 15 espécies diferentes de bromélias nativas. E outras 15 em fase de estudo.

Há interesse em estabelecer convênio com o laboratório de Ciego de Ávila/CUBA para formação profissional e transferência de tecnologia. A empresa está iniciando também projeto de produção de orquídeas e tem interesse de ampliar com a produção de antúrio, helicônias e plantas medicinais.

Projeto Antúrio

A AFLOVAR é a associação que congrega os produtores de plantas ornamentais do Vale do Ribeira e possui projeto integrado para incentivar a produção de antúrio na região com investimentos para implantação de viveiros e para a produção de mudas em laboratório. Já existe a produção de mudas no laboratório de micropropagação da estação experimental do IAC localizado no município de Pariqueira-açu.

Projeto de Orquídeas

A Orquivale é a associação que reúne os produtores de orquídeas do Vale do Ribeira. Anualmente realiza exposição na cidade de Registro com repercussão Nacional. Este ano a exposição será realizada em 17 a 19 de outubro e é parte integrante da comemoração dos 90 anos da imigração japonesa na região do Vale do Ribeira. A associação está buscando patrocínio para o evento.

A Orquivale demonstrou interesse em parceria para o levantamento das espécies de orquídeas da mata atlântica do Vale do Ribeira e publicação de livro sobre o tema.

Alguns outros documentos ou planos regionais:

Plataforma Ambiental Mínima para o Desenvolvimento Sustentável do Vale do Ribeira.

Em 1995, um grupo de ONGs, com apoio do Fundo Nacional do Meio Ambiente (FNMA) do Ministério do Meio Ambiente, dos Recursos Hídricos e da Amazônia Legal (MMA), elaboraram uma proposta de Agenda 21 para a região do Vale do Ribeira, na perspectiva das organizações não-governamentais.

O documento produzido contém um conjunto inicial de propostas de ações concretas para a harmonização do desenvolvimento com a conservação ambiental do Vale do Ribeira em toda sua

área. Visou oferecer subsídios a um plano amplo e integrado de políticas, programas e atividades, tendo por base os referenciais da Agenda 21 e dos Tratados das Organizações Não-Governamentais e Movimentos Sociais, isto é, o redirecionamento das atividades humanas na construção de sociedades sustentáveis.

Processo que envolveu muito pouco a sociedade local, seja da sociedade civil ou da governança. Documento importante na definição de bases conceituais e princípios, mas não envolveu os atores locais.

Fórum de Desenvolvimento do Vale do Ribeira.

Ao final de 1999, o Governo de São Paulo iniciou a idealização do Fórum de Desenvolvimento do Vale do Ribeira. Como resultado deste Fórum, realizado em março de 2000, foi elaborado o documento "Fórum de Desenvolvimento do Vale do Ribeira - caminhos do futuro - uma proposta sustentável", no qual foram definidas as ações gerais e específicas para o desenvolvimento dos três setores priorizados, assim como suas políticas públicas.

CARTA DE REGISTRO: Síntese do Encontro da Agricultura Familiar-

Documento Síntese do Encontro dos Agricultores Familiares do Vale do Ribeira, em 2003 com a participação de 700 agricultores e agricultoras originários de 19 municípios da região, promovido pelo SINTRAVALÉ, Sindicato da Agricultura Familiar do Vale do Ribeira.

Neste documento, foram apontados os principais problemas e propostas relacionados a temas como:

LEGISLAÇÃO E DIREITO - Moradores em UCs e Questão Ambiental, Regularização Fundiária, Barragens e Etnia..

ASSISTÊNCIA TÉCNICA - Assistência Técnica e Monitoria Ambiental

GÊNERO E GERAÇÃO - Mulheres e Renda, Jovens e Emprego

ORGANIZAÇÃO SOCIAL - Estrutura Sindical, Cooperativismo e Associativismo

POLÍTICAS PÚBLICAS - Saúde, Previdência, educação, Conselhos e Tributação

ORGANIZAÇÃO DA PRODUÇÃO - Produção, Transformação e Comercialização

Entende-se esta foi uma das atividades que mobilizou o governo federal para implantação do PRONAT - Programa Nacional de Desenvolvimento de Territórios Rurais, articulado pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (24 municípios), e contribuiu para mobilizar recursos para implantação da Central de Comercialização do Vale do Ribeira (envolvendo vários ministérios).

Outras iniciativas relacionadas

Projeto PICUS - "CONSERVAÇÃO E SUSTENTABILIDADE NO CONTINUUM ECOLÓGICO DE PARANAPIACABA - SP"

A proposta que foi apresentada e aprovada no Fundo Brasileiro para a Biodiversidade (FUNBIO) em julho de 2004, em resposta à chamada 01/2004 - PICUS - Programa Integrado de Conservação e Uso Sustentável da Biodiversidade. O objetivo é provocar a articulação de esforços para a conservação e uso sustentáveis dos recursos naturais. Os participantes do consórcio terão o prazo de seis meses para fazer um diagnóstico e construir o projeto, com metodologia do FUNBIO. Os recursos financeiros deverão ser captados pelos parceiros do consórcio e pelo Funbio. Há investimentos diretos das instituições no projeto e a formação de um Fundo Financeiro Comum que será gerido por um conselho formado pelos participantes do consórcio.

A proposta parte da necessidade de viabilizar o uso sustentável dos recursos e espaços naturais, com a efetiva participação das comunidades do entorno das unidades de conservação na construção dos projetos, muitos dos quais se encontram em curso e necessitam ser consolidados. A articulação entre entidades representativas de moradores (associações ou cooperativas) e as instituições públicas e privadas é requisito para potencializar os resultados esperados. A economia das comunidades rurais é baseada num sistema de complementaridade, com atividades ligadas à agricultura, extrativismo, artesanato e serviços. Fortalecer esta característica econômica e cultural, diversificando a produção e articulando as atividades em cada uma das comunidades e entre elas, é estratégico do ponto de vista da geração de renda e da sustentabilidade ambiental.

O Projeto Gestão participativa para o uso dos recursos pesqueiros no Complexo Estuarino-lagunar de Iguape, Cananéia e Ilha Comprida e Área Costeira adjacente

O este projeto está sendo implantado com recursos do FNMA com a finalidade de estruturar a gestão pesqueira compartilhada estão sendo propostas várias metas, as quais envolvem a consolidação de uma Reserva Extrativista recém decretada (Resex de Mandira), criada em 13 de Dezembro de 2002, com uma área de cerca de 12.000 há, que funcionará como um modelo para propostas alternativas de gestão; a ampliação e estruturação do monitoramento e avaliação estatística da produção pesqueira; a estruturação do Conselho Gestor da Área de Proteção Ambiental de Cananéia-Iguape-Peruíbe, como instância gestora da questão pesqueira na região; a elaboração e execução de um programa de fiscalização e de um programa de capacitação e educação ambiental; a divulgação das atividades desenvolvidas e o investimento em propostas de manejo de recursos naturais visando a sustentabilidade das atividades produtivas. Os recursos a serem contemplados com propostas de manejo são, em uma etapa inicial, o mexilhão do mangue, o mexilhão do costão, o siri-azul e o camarão-rosa, devendo funcionar como modelos para o estudo e proposição de planos para outros recursos explorados.

Esta ação merece uma especial intereção com a proposta de projeto aqui apresentada.

O Projeto de Lei de Criação do Programa Nacional de Ecologia Molecular - PROBEM

A propsta é iniciativa do mandato da Deputada Federal Mariangela Duarte possibilitara uma oportunidade para a apresentação e a discussão do projeto de Lei para a criação do Programa Nacional de Ecologia Molecular.

Para o Vale do Ribeira o projeto de lei é de grande interesse principalmente em função das possibilidades de aproveitamento do potencial da biodiversidade dos remanescentes de Mata Atlântica e principalmente em função de algumas iniciativas que estão em andamento: os projetos de Manejo de Plantas Medicinais; a implantação do curso de Agronomia da UNESP em Registro, a existencia de dois laboratórios de Biotecnologia (um público do IAC - Instituto Agrônomico de Campinas e um privado: Atlântica Assessoria.

A discussão e a aprovação do projeto de lei abrem oportunidades para o apoio para o desenvolvimento de novas atividades neste campo.

De imediato é proposto a realização de uma reunião no âmbito do Ministério do Meio Ambiente para o conhecimento e aprofundamento dos projetos semelhantes que estão sendo desenvolvidos na região amazônica.

O progama Proambiente (Renda Mínima Ambiental)

Desde a Caravana da Cidadania do Vale do Ribeira, realizada em 1995 e liderada pelo atual Presidente Luiz Inacio Lula da Silva, vêm sendo discutido regionalmente a implatação de um Programa de Renda Mínima Ambiental para as comunidades tradicionais e agricultores familiares em função das restrições legais para o uso dos recursos naturais e prática da agricultura de subsistência.

A Renda Mínima Ambiental deverá ser implantada em um processo de disucssão e de acordo com as comunidades tradicionais visando à compensação pelas restrições de uso dos recursos naturais e ao mesmo tempo posibilitando a mudança do modelo tecnógico de agricultura e de uso de recursos hídricos, da flora e fauna da Mata Atlântica.

Deste modo, entende-se que é possível avaliar as condições para etender os beneficios do programa Proambiente - Programa de Desenvolvimento Socioambiental da Produção Familiar Rural, para as comunidades tradicionais da Mata Atlântica, nos mesmos moldes do que está sendo previsto para as comunidades da amazonia,

Os recursos previstos no PNMA II

Na década 90 foi implantado o Programa Nacional de Meio Ambiente I, no Estado de São Paulo, voltado principalmente para estruturação das Unidades de Conservação e fiscalização ambiental, com recursos do Banco Mundial que foram repassados a Secretaria do Meio Ambiente do Estado de São Paulo pelo Ministério do Meio Ambiente.

Agora está em fase de estruturação o Programa PNMA II, ou Programa de Gestão Integrada de Ativos Ambientais, sendo que o Estado de São Paulo foi pré-qualificado. Uma das prioridades do programa é a Conservação dos ecossistemas com alternativas de desenvolvimento econômico e social do Vale do Ribeira e Litoral Sul.

A Secretaria do Meio Ambiente do Estado criou um grupo de trabalho para o desenvolvimento destas atividades.

Estima-se que o montante de recursos para os projetos na ordem U\$ 4.000.000,00 e sugere-se que o Ministério do Meio Ambiente/IBAMA, tenham uma participação pró-ativa na articulação, gestão e implantação do Programa no Estado de São Paulo.

Os Projetos do PED - Programa de Execução Descentralizada do Ministério do Meio Ambiente

O programa de execução descentralizada do Ministério do Meio Ambiente, implementado pela Secretaria Estadual do Meio Ambiente, contemplou dois projetos da região do Vale do Ribeira, entre os anos 1996 e 1998 e que totalizaram cerca de U\$ 2.000.000,00 em valores da época

Um dos projetos foi liderado pela Prefeitura Municipal de Ilha Comprida voltado para o manejo de recursos naturais (ostra, caxeta, agrofloresta, pesca). O outro projeto foi liderado pela Prefeitura Municipal de Jacupiranga com o objetivo de fomentar o desenvolvimento da piscicultura na região.

Grosso modo, pode-se afirmar que o desempenho alcançado foi desigual entre os projetos e os componentes de cada um dos projetos. E os resultados alcançados não foram avaliados e divulgados devidamente.

A discussão e avaliação dos resultados, a identificação dos entraves permitirá uma orientação mais seguras em novos projetos deste porte na região.

Outro fato, igualmente importante é de que estes planos não construíram algum pacto em torno do grande desafio planetário de combater a pobreza, reduzir as desigualdades com um modelo de desenvolvimento que preserve os recursos naturais, que respeite as diferenças culturais, que combata a discriminação de raça, gênero enfim, que garanta a promoção de uma sociedade saudável.

Nesta região, em particular, dada a sua imensa riqueza natural - mata atlântica, mangues e recursos minerais, este pacto é fundamental visto que é tão presente a fala comum na região de que o "meio ambiente é o fator que retarda ou impede desenvolvimento regional" como o

entendimento de este meio ambiente é o grande potencial para se construir o desenvolvimento econômico e social de nossa região.

Ações para solucionar o problema atual e futuro

De modo sintético pode se afirmar que a solução do problema atual e futuro deve considerar principalmente os seguintes eixos:

1. Promover a inclusão social garantido mais qualidade de vida da maioria da população e o acesso aos serviços públicos com qualidade;
2. Romper com o ciclo de estagnação econômica e promover o crescimento da econômica local e regional;
3. A solução de problema históricos e estruturais
4. Garantir a preservação e a conservação dos recursos naturais, em especial das áreas de remanescentes de Mata Atlântica;

No primeiro eixo, deve-se considerar a necessidade de investimentos em saúde, educação básica e técnica, saneamento básico, melhoria da infra-estrutura urbana e moradia. E principalmente a criação de oportunidades de geração de emprego e renda e a valorização da produção e do empreendedorismo.

No segundo eixo, o ciclo de estagnação econômica da região, que perdura por mais de 4 décadas. Significa romper o ciclo de dependência das políticas econômicas e de sua localização periférica no contexto produtivo de modo geral. De modo particular, a concentração das atividades na produção primária, agrícola e extrativismo, que se torna ainda mais vulnerável em função das crises, como no caso da produção de chá preto, da bananicultura.

Deste modo, deve se considerar que os modelos tradicionais de promoção do crescimento econômico são inadequados a realidade regional. Em função das condicionantes físicas e dos limites da conservação dos remanescentes da Mata Atlântica e do quadro social atual.

Portanto, um novo modelo de desenvolvimento deve ser promovido, ou seja o crescimento econômico regional, com qualidade de vida e conservação dos recursos naturais, depende ainda da identificação de oportunidades, do planejamento regional em infra-estrutura e de investimentos de longo prazo.

Dentro deste novo paradigma, alguns caminhos começam a ser traçados: o desenvolvimento do ecoturismo e da industria de serviços associados, o manejo sustentado dos recursos naturais, a produção agrícola orgânica e agroflorestal. Todos ainda insipientes e sem impacto significativo na economia regional, pois dependem de investimentos em pesquisa, tecnologia e na qualificação da mão de obra.

A solução e problemas históricos e estruturais, de modo concreto, significam: em primeiro lugar concluir a regularização fundiária das terras do Vale do Ribeira, que impedem a atração de

novos investimentos, o acesso ao crédito e são potenciais causas conflitos sociais. Em segundo lugar, significam investimentos na regularização das cheias periódicas do Rio Ribeira de Iguape, com um conjunto ações visando minimizar os seus efeitos negativos sobre a produção agrícola e sobre as áreas urbanas municipais, e por último a conclusão das obras de duplicação da BR 116, atualmente em andamento, mas ainda sem solução para o trecho de 30 Km, conhecido como serra do cafezal.

A preservação e conservação dos recursos naturais, em especial dos remanescentes de Mata Atlântica, dependem basicamente de dois aspectos fundamentais: investimentos em fiscalização e controle: com ampliação das equipes técnicas e pessoal de apoio para as unidades e áreas de proteção, investimentos em equipamentos e material, implantação de novas tecnologias de monitoramento. De outro lado, do incentivo e envolvimento da sociedade nas políticas de conservação com investimentos e implantação de projetos de educação ambiental; com mecanismos de gestão participativa das Unidades de Proteção; na implantação de planos de manejo e de conselhos de gestão, na democratização dos meios de acesso e do uso sustentado, principalmente com o estímulo a visitação. Na solução dos conflitos decorrentes da ocupação irregular e dos moradores nas Unidades de Conservação. Ao mesmo tempo, incrementar os investimentos em pesquisa e tecnologia para o manejo e uso sustentado destes recursos.

A implementação destes eixos estruturantes pode ser resumida em um plano de desenvolvimento sustentado regional: que deve ponderar o planejamento das ações, as necessidades de investimentos e principalmente o envolvimento da sociedade na sua concepção e execução. Mais ainda irá requerer a pactuação social e política para a sua implementação e a continuidade das ações propostas.

Ações propostas pelo projeto

Muitos projetos e planos foram elaborados, porém algumas questões fundamentais precisam ser analisadas e questionadas:

- Os planos de desenvolvimento regional **mudaram a realidade** regional. Ou seja qual a avaliação, ou quais os parâmetros que foram descritos ou podem descrever a mudança da realidade e regional e mesmo qual a qualidade desta mudança ?

- Existe algum plano em a sociedade e a governança do Vale do Ribeira **reconhecem como sendo seu** e, portanto que o processo de desenvolvimento, a organização dos municípios e da região devem se guiar por estes referenciais, ou que devemos buscar recursos ou reivindicar a ação do poder público para tais ou quais ações propostas nestes planos?

Em uma análise superficial e a primeira vista, o que parece é que todos estes planos e outros não descritos aqui ou são parciais, por abordarem apenas alguns aspectos ou e,

principalmente, por que não envolveram efetivamente sociedade civil e governos no sentido de, por um lado, empoderar efetivamente a sociedade civil para construir suas alternativas, seus caminhos e, de outro lado ter comprometido a governança com a sua implementação.

Além do fato, igualmente importante, de não terem sido planos que construíram algum consenso sobre temas importantes como sustentabilidade. Afinal é tão presente a fala comum de que o "meio ambiente é o fator que retarda ou impede desenvolvimento regional" como o entendimento de este meio ambiente é o grande potencial para se construir o desenvolvimento econômico e social de nossa região. Do mesmo modo, qual é o conteúdo da idéia de desenvolvimento que se pretende

Desta forma, o que se objetiva com a elaboração do Plano de Desenvolvimento Territorial do Vale do Ribeira 1, na área de São Paulo e Paraná podem ser assim descritos:

1. Momento de síntese do que já se produziu até agora como propostas para o desenvolvimento dessa região;
2. A partir desta síntese ampliar, se for o caso, e buscar criar mecanismos de negociação que crie consenso regional e de todos os setores (governos e sociedade civil) em torno deste projeto;
3. Envolver a sociedade civil para discutir o presente e o futuro próximo e em longo prazo. O que queremos e como vamos caminhar para alcançar as metas. Além de empoderar (fortalecer) a sociedade civil para participação autônoma e também para cumprir seu papel de criar e implantar alternativas de desenvolvimento local;
4. Comprometer a governança (municípios, estado e governo federal) com a execução do plano.

Inicialmente, cabe destacar que o Vale do Ribeira foi escolhido como prioridade pelo governo federal através de um trabalho articulado e integrado entre os **Ministério do Desenvolvimento Agrário, Ministério do Desenvolvimento Social e Ministério do Meio Ambiente.**

Portanto, pretende-se que a implantação deste projeto seja com um instrumento de planejamento para a construção de sociedades sustentáveis, o que se traduz em importante ferramenta para agregar e aglutinar políticas públicas no sentido de construir, de forma participativa e democrática, um eficiente plano de desenvolvimento local que atenda aos interesses da maioria da população.

Para o desenvolvimento deste projeto pretende-se a utilização dos conceitos e ferramentas de mobilização, capacitação e comunicação previstos nos processos de implantação da AGENDA 21 em toda a abrangência territorial prevista, reforçando o processo de auto-reconhecimento do território, através do estreitamento social, cultura e político, ao lado das semelhanças ambientais, sociais e econômicas já existentes.

Pretende-se ainda a estruturação e fortalecimento do CONSAD-VR - Consorcio de Segurança Alimentar e Desenvolvimento Local do Vale do Ribeira que atualmente é composto por

um Fórum com a representação de cento e quarenta e quatro (144) entidades, sendo **1/3 de prefeituras e 2/3 da sociedade civil organizada** e que deverá ser o fórum de organização e decisão sobre todo o processo de elaboração e implantação deste Plano.

Avalia-se ainda a necessidade de fortalecimento do Fórum dos 7 municípios paranaenses que estão integrando este território e mesmo a possibilidade de integração destes municípios no fórum do CONSAD.

Por último cabe destacar que na Assembléia do CONSAD do Vale do Ribeira, realizada no dia 3 de novembro de 2004m, foi aprovado que uma entidade escolhida por consenso - o **IDESC - INSTITUTO PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E CIDADANIA**, com sede em Registro/SP - deverá elaborar um PROJETO pleiteando recursos para a elaboração do Plano de Desenvolvimento Territorial do Vale do Ribeira -DO VALE DO RIBEIRA, apresentando um projeto ao Fundo Nacional do Meio Ambiente conforme o Termo de Referencia 03/2004 destinado especificamente para essa finalidade.

Para isto, é necessário que se estabeleçam parcerias com entidades públicas e privadas para que a elaboração do Plano seja, desde sua origem, um Plano reconhecido como de todos e para todos.

JUSTIFICATIVA

O problema que se quer enfrentar com a proposição deste projeto é o da ausência de um plano de desenvolvimento para o território do Vale do Ribeira que, de um lado, seja reconhecido pela comunidade regional como sendo seu e, que portanto, crie implicação dos atores regionais - sociedade civil e governança - com sua implantação e, de outro lado, seja capaz de apontar alternativas para o desenvolvimento sócio - econômico que considere e parta das características ambientais da região apontando para a perspectiva de uma sociedade sustentável.

Durante as últimas décadas, a região do Vale do Ribeira foi objeto de inúmeros estudos acadêmicos em diversos aspectos do conhecimento da realidade regional: sociológico, antropológico, econômico, agrícola e ambiental. Do mesmo modo, foi palco de diversas iniciativas, planos e projetos governamentais de desenvolvimento regional neste período.

Entretanto, todos os Planos de Desenvolvimento Regionais fartamente elaborados para a região foram insuficientes para apontar o rumo de uma sustentabilidade sócio, econômica, cultural, ambiental, política e menos foram capazes de impactar a realidade regional de forma a garantir melhor qualidade de vida com superação dos problemas existentes visto que:

Foram fragmentados na sua concepção e implementação;

Foram descontínuos na sua implementação;

Alguns deles, enquanto plano de governo, foram concebidos pelos órgãos estaduais sem participação da sociedade e sem canais de pactuação e de compromissos de sua implantação. Portanto, poucas das atividades previstas foram implantadas;

Outros deles, apesar de coordenados por instancias de governo estadual ou federal, provocou grande participação da sociedade civil, sem entretanto, criar efetiva implicação das instancias de decisão governamental com a implantação das atividades ou projetos propostos neste processo de consulta ou participação da sociedade civil e instancias de governo regionais. Também apresentam grande debilidade para sua execução com o agravante de, por ter mobilizado a comunidade regional, criar grande expectativa com relação as ações de governo propostas no processo.

Por fim, tem se ainda outros Planos que foram construídos por e pela sociedade civil organizada, sem participação da governança. Identifica, com caráter regional, apenas uma experiência desta natureza.

É fundamental que a sociedade regional, com sujeitos de um processo seja capaz de projetar a curto, médio e longo prazo estratégias que garantam o combate a pobreza, redução das desigualdades sociais, democratização da participação social com o um modelo de desenvolvimento sócio econômico harmonizado com a preservação dos recursos naturais e que respeite a diversidade cultural.

Portanto, o desafio de se construir um Plano de Desenvolvimento Sustentável para o Território do Vale do Ribeira, na perspectiva da ampla participação social, da pactuação e com bases em princípios e diretrizes da sustentabilidade que sustenta os conceitos e métodos da agenda 21 se faz necessário.

Elaboração e implementação de um Plano de Ação de Desenvolvimento Territorial para o Vale do Ribeira (*1) sob a ótica da sustentabilidade ambiental, sociocultural, econômica e político institucional.

O Plano refletirá de forma atualizada os diagnósticos já realizados na região, abordando a identificação, priorização e fixação de Ações Estratégicas e a elaboração e execução de sub-projetos que contemplem os objetivos propostos.

Todo o Projeto será conduzido de forma participativa, segundo as diretrizes da Agenda 21, e construído conjuntamente com as diferentes representatividades da sociedade civil, comunidade científica e órgãos públicos que se façam presentes no CONSAD regional e outras que desenvolvam atividades voltadas ao desenvolvimento sustentável na região.

Resultados Esperados

- Plano de Desenvolvimento Territorial Sustentado do Vale do Ribeira elaborado, aprovado, pactuado e validado

- Desenvolvimento de conhecimento e habilidades aos envolvidos nas oficinas de capacitação
- Divulgação das atividades desenvolvidas
- Projetos priorizados e implantados
- Ampliação, fortalecimento e reconhecimento da atuação do CONSAD

Estratégias de Continuidade

Através das diversas atividades a serem realizadas durante a execução do projeto, objetiva-se a capacitação dos atores locais, segmentos organizados da sociedade civil e o poder público para os seguintes desdobramentos, principalmente no que se refere a:

- Fortalecimento dos fóruns existentes no Território - CONSAD e Fórum de Desenvolvimento do Paraná
- Elaboração de novos projetos visando a obtenção de recursos para a implantação e continuidade dos projetos
- Incentivo à implantação das Agenda XXI nos municípios do Território
- Empoderamento das instituições parceiras
- Promoção de ações articuladas entre os Fóruns Consad/VR e Fórum/PR e outros espaços institucionais do Território, como o Conselho Gestor da Área de Proteção Ambiental de Cananéia-Iguape-Peruíbe, o Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Ribeira de Iguape.
- Articulação social e política para a implantação do Plano de Desenvolvimento Territorial do Vale do Ribeira.

METAS/ATIVIDADES/RESULTADOS ESPERADOS/EXECUÇÃO

Meta I - Mobilizar 32 municípios para participação, elaboração e aprovação do Plano de Desenvolvimento Sustentável do Território do Vale do Ribeira

Meta I	Resultado Esperado	Mês de Execução
Atividade 1 - Contratação da Equipe de Mobilização, formação da equipe técnica e coordenação geral	Constituição da Equipe Contratação de uma Consultoria Técnica Contração Mobilizadores Microrregionais	01
Atividade 2 - Articulação e consolidação de novas parcerias interinstitucionais	Articulação para ampliação das parcerias Firmar Termos de acordo das parcerias	01 – 04
Atividade 3 - Diagnóstico Regional e Produção do documento base – versão 0	Produção de 01 Relatório da Síntese Produção de 01 Documento - versão zero Início do Banco de dados de propostas e projetos	02 – 04
Atividade 4 - Realização das Conferências Microrregionais	Realizar 05 conferencias regionais, 100 participantes 02 membros comissão de sistematização Delegados Conferencia Regional	6 – 7
Atividade 5 - Realização dos Seminários Temáticos Regionais	05 Seminários, 100 participantes 02 membros comissão de sistematização Escolha de Delegados Conferencia Regional	7 – 8
Atividade 6 - Sistematização das propostas das Conferências Microrregionais e Seminários Temáticos	Publicação do Documento Base versão 01	9
Atividade 7 - Realização da I Conferência Regional do Território	01 Conferencia Regional para aprovação das Diretrizes e Projetos Prioritários	11
Atividade 8 - Sistematização, redação final e edição do Documento final	Edição do Documento Final	11
Atividade 9 - Divulgação e Validação do Documento – versão final do PDTSVR	Apresentação nos diversos fóruns para obter o reconhecimento e compromisso social e político	12 ao 14

Meta II - Realizar oficinas de formação e capacitação da equipe técnica do projeto, das instituições parceiras, dos Grupos de Mobilização Local do CONSAD e atores sociais da sociedade civil e governança com atuação no território.

Meta II	Resultado Esperado	Mês de Execução
Atividade 1 -Oficina de planejamento da equipe técnica e instituições parceiras para o planejamento e nivelamento conceitual dos objetivos propostos.	Realizar 01 oficina com 40 participantes, 16 horas	01
Atividade 2- Oficina de Planejamento e Nivelamento Conceitual nas Microrregiões.	Realizar 05 eventos, com 30 participantes, 16 horas	02 e 03
Atividade 3 - Oficina de Capacitação em Metodologias Participativas e Visão de Futuro	Realizar 01 evento, com 60 participantes, 24 horas	04
Atividade 4 - Oficina Regional de Mediação de Conflitos	Realizar 01 evento, com 60 participantes, horas	05
Atividade 5 - I Oficina de capacitação em elaboração de projetos	Realizar 05 eventos, com 30 participantes, 16 horas	09
Atividade 6 - II Oficina de capacitação em elaboração de projetos	Realizar 05 eventos, com 30 participantes, 16 horas	11
Atividade 07 – Seminários microrregionais sobre programas e projetos operados pela Caixa	Realizar 05 seminários, com 100 participantes, 08 horas	14 e 15

Meta III - Promover o uso dos diferentes meios de comunicação, facilitar o acesso à informação e divulgar as atividades do projeto para a garantir a mobilização e a participação dos diferentes atores sociais no projeto em todo o território

Meta III	Resultado Esperado	Mês de Execução
Atividade 01: Criação de canais próprios de comunicação para a divulgação do Projeto	01 Jornal, formato tablóide, colorido, 04 páginas, 5 mil exemplares.	02 ao 20
	01 Programa de rádio de 3 min de duração, semanal - 36 programas	04 ao 12
	01 Jornal mural, formato tablóide, colorido, 1.500 exemplares.	05 ao 23
	01 Folder, formato 310x200mm, colorido, 5 mil exemplares.	mês 04
	01 Cartaz, formato 31x46cm, colorido, 1.000 exemplares.	Mês 04
	01 Cartilha, formato 21x30cm, capa colorida, 1000 exemplares.	Mês 04
	Criação de web-site	01
	Manutenção de web-site.	02 ao 24
	01 Publicação final do Plano, em formato digital – 500 cópias.	12
Atividade 02 - Utilização sistemática dos meios de comunicação (rádio e televisão e jornais) .	Produção de Releases, contatos, pautas 01 assessoria de imprensa	01 ao 24

Meta IV - Fortalecer e ampliar a capacidade de articulação da ação institucional através da estruturação do CONSAD-VR e fortalecer o Fórum Permanente de Desenvolvimento Sustentável dos Municípios do Vale do Ribeira, Paraná.

Meta IV	Resultado Esperado	Mês de Execução
Atividade 01 - Apoiar os Grupos Locais de Mobilização do CONSAD-VR e as Câmaras Técnicas	Participar de 32 reuniões dos Grupos de Mobilização local do CONSAD	01 ao 24
Atividade 02 - Apoiar a realização das assembleias do Fórum CONSAD-VR	Apoiar a realização de 08 assembleias, e facilitar a participação dos 94 representantes da sociedade civil.	01 ao 24
Atividade 03 - Apoiar a realização de reuniões da diretoria executiva do CONSAD-VR	Apoiar a realização de 20 reuniões da Diretoria Executiva e facilitar a participação dos 15 representantes da sociedade civil	01 ao 24
Atividade 04 - Apoiar a realização de atividades da Diretoria do CONSAD-VR	Apoiar a realização de 10 viagens a São Paulo e 4 viagens a Brasília	01 ao 24
Atividade 05 - Dotar a secretaria executiva do CONSAD-VR de infra-estrutura básica	Adquirir 05 microcomputadores e impressoras Adquirir 01 scanner / 01 maquina digital Adquirir 01 aparelho de fax / 01 veiculo 1.0 Adquirir 05 TVs e vídeos	01

Meta V - Definir mecanismos e critérios para a elaboração, sistematização, priorização, financiamento e implantação de projetos novos ou em andamento na área de abrangência do território do Vale do Ribeira

Meta V	Resultado Esperado	Mês de Execução
Atividade 01- Identificação e avaliação da situação atual	Produção de 01 relatório	02 ao 05
Atividade 02 – Prestação de serviços de assessoria técnica para acompanhamento na elaboração e implantação de projetos.	Contratação de 02 técnicos	01 ao 24
Atividade 03 - Realização de encontro para pactuação de critérios e negociação para priorização dos projetos	Realizar 01 encontro, 60 participantes. 16 horas	10
Atividade 04 – Iniciar a implantação dos projetos prioritários	Financiamento 05 projetos socioambientais(*) * dependente do processo	11 ao 24

Meta VI - Monitoramento, acompanhamento, registro da memória e avaliação das metas e atividades.

Meta VI	Resultado Esperado	Mês de Execução
Atividade 01 – Monitoramento e memória a Mobilização do Plano de Desenvolvimento Sustentável do Território do Vale do Ribeira	Produção de 12 relatórios de atividades	1 ao 12
Atividade 02 – Avaliação das Atividades de Formação e Capacitação	Produção de 23 relatórios dos eventos	01 ao 15
Atividade 03 – Registro da Memória e avaliação das atividades de comunicação	Produção de 20 publicações	01 ao 24
Atividade 04 – Acompanhamento e monitoramento das atividades do CONSAD	Atas das 28 reuniões e Assembléias	01 ao 24
Atividade 05 – Monitoramento e avaliação da seleção, priorização e implantação dos projetos	Produção de 24 relatórios de atividades	01 ao 24

Riscos a Execução do Projeto:

Meta	Descrição do Risco	Importância	Potencial de Ocorrência	Problemas	Estratégia para Minimizar
Meta 01 – Mobilizar para a elaboração, participação, discussão, e aprovação do Plano de Desenvolvimento Sustentável do Território do Vale do Ribeira	Falta de preparo da Equipe e dos parceiros envolvidos	Alta	baixo	- Dificuldade na consecução dos objetivos e da metodologia do projeto	- Capacitação e Formação da Equipe
	Falta de envolvimento dos segmentos organizados	Alta	baixo	- Falta de envolvimento e legitimidade para o plano	- Comunicação e Divulgação - Articulação - Ênfase na divulgação da Fase III (prevista no Termo de Referencia) deste o inicio das mobilizações.
	baixa participação nos eventos: conferencias e seminários	Alta	baixo	- Pequena participação na apresentação de propostas - Falta de legitimidade para o plano	- Ênfase na comunicação, divulgação e articulação - Atuação dos Agentes Locais de Mobilização do CONSAD e agentes de mobilização microrregionais - Ênfase na divulgação da Fase III (prevista no Termo de Referencia) deste o inicio das mobilizações.
	Ingerência e divisão de ordem política partidária na condução do processo	Alta	Média	- Dificuldade na pactuação das propostas - Falta de legitimidade para consensuar as propostas	- Articulação das propostas - Ampliação das parcerias - Comunicação e Divulgação - Calendário dos principais eventos de pactuação antecipados em relação ao calendário eleitoral.
	Falta de divulgação e comunicação das atividades	Media	baixa	- Dificuldade no entendimento das propostas - Falta de participação no processo	- Ênfase na comunicação e divulgação
	Pouca motivação em função de experiências anteriores com planos de desenvolvimento regionais	Alta	Media	- Baixo índice de participação no processo - Mais um plano sem implicar sociedade civil e governança com sua implementação.	- Ênfase nas atividades de nivelamento conceitual para que os atores envolvidos na coordenação e mobilização sejam capazes de motivar sociedade civil e governança para o novo desafio. - Comunicação e Divulgação

Meta	Descrição do Risco	Importância	Potencial de Ocorrência	Problemas	Estratégia para Minimizar
Meta II – Realizar oficinas de formação, capacitação e treinamento da equipe técnica, dos parceiros e atores sociais envolvidos na consolidação do Plano de Desenvolvimento Territorial Sustentável do Vale do Ribeira	Baixa presença e participação nos eventos	Alta	baixa	<ul style="list-style-type: none"> - Dificuldade para disseminação dos objetivos propostos - Não cumpre um dos objetivos centrais que é o de empoderamento pela sociedade local de conceitos, técnicas e instrumentos para superar problemas vividos 	<ul style="list-style-type: none"> - Comunicação e Divulgação - Ampliar as parcerias - Atuação dos Agentes de Mobilização
	Dificuldade para selecionar pessoas/ entidades com perfil adequado para contribuição nos processos de formação	Alta	Media	<ul style="list-style-type: none"> - Processo de formação que não instrumentaliza para a ação. - Dificuldade no entendimento de conceitos e dos objetivos da capacitação - Linguagem inadequada dos moderadores e facilitadores 	<ul style="list-style-type: none"> - Elaboração de termos de referencia para contratação dos serviços adequados - Ênfase no processo de preparação das atividades envolvendo coordenação e equipe técnica do projeto e monitores e facilitadores dos processos de educação/ formação construídos.

Meta	Descrição do Risco	Importância	Potencial de Ocorrência	Problemas	Estratégia para Minimizar
Meta III - Promover o uso dos diferentes meios de comunicação, facilitar o acesso a informação e divulgar as atividades do projeto para a garantir a mobilização e a participação dos diferentes atores sociais no projeto em todo o território	Linguagem inadequada	Media	Médio	<ul style="list-style-type: none"> - Falta de entendimento de conceitos - Baixa adesão ao processo de construção do Plano. 	<ul style="list-style-type: none"> - Discussão previa com atores envolvidos do material de divulgação a ser produzido (jornal, radio, TV, etc.) -
	Falta de periodicidade	Media	Media	<ul style="list-style-type: none"> - Descrédito nas atividades e propostas 	<ul style="list-style-type: none"> - Organização e planejamento das atividades e planejamento financeiro que assegure a meta e atividades - Contratação de um jornalista
	Dificuldade de acesso a internet	Media	Alta	<ul style="list-style-type: none"> - Dificuldade para agilizar a distribuição de informação 	<ul style="list-style-type: none"> - Construir na rede de entidades parceiras possibilidade de ampliação do acesso a internet pelos grupos locais de mobilização e agentes de mobilização microrregional.

Meta	Descrição do Risco	Importância	Potencial de Ocorrência	Problemas	Estratégia para Minimizar
<u>Meta IV – Contribuir para fortalecer e ampliar a capacidade de organização interna e a atuação do CONSAD-VR</u>	Falta de participação dos membros do CONSAD nos fóruns de articulação e direção do CONSAD.	Alta	media	<ul style="list-style-type: none"> - Falta de legitimidade social e política do Fórum CONSAD - Debilidade da instancia de pactuado do processo de construção do Plano 	<ul style="list-style-type: none"> - Garantia de recursos para a participação nas atividades do CONSAD - Metodologia que privilegia a formação dos membros do fórum nos conceitos e metodologia previstos na Agenda 21. - Metodologia que estabelece o fórum CONSAD como instancia de deliberação sobre o processo de construção e pactuado do Plano.
	O CONSAD não se legitima como fórum de pactuado do processo de construção do Plano	Alta	baixa	<ul style="list-style-type: none"> - fragilidade na coordenação política do Plano - dificuldade de condução dos processos de construção de consenso. 	<ul style="list-style-type: none"> - Garantia de recursos para a participação nas atividades do CONSAD - Papel dos cinco mobilizadores microrregionais na articulação e fortalecimento dos grupos locais de mobilização do CONSAD - Articulação com outros parceiros como CODIVAR, Fórum Permanente de Desenvolvimento Sustentável do Vale do Ribeira, agencia da mesorregião, comitê de bacía hidrográfica, entre outros
	baixa capacitação dos dirigentes para desenvolvimento das funções.	Alta	média	<ul style="list-style-type: none"> - baixa capacidade de liderança e articulação do CONSAD - O CONSAD dependente de assessoria externa, sem construir autonomia 	<ul style="list-style-type: none"> - Garantia de recursos para a participação nas atividades do CONSAD - Metodologia que privilegia a formação dos membros do fórum nos conceitos e metodologia previstos na Agenda 21. - Metodologia que estabelece o fórum CONSAD como instancia de deliberação sobre o processo de construção e pactuação do Plano.

Meta	Descrição do Risco	Importância	Potencial de Ocorrência	Problemas	Estratégia para Minimizar
Meta V – Levantar informações e definir mecanismos e critérios para a elaboração, sistematização, priorização, financiamento e implantação de sub-projetos novos ou em andamento na área de abrangência do território do Vale do Ribeira	Identificação inadequada dos projetos em andamento	Alta	media	<ul style="list-style-type: none"> - Destinação inadequada dos recursos previstos na fase III do Termo de Referencia – financiamento de projetos. - Dificuldade para estabelecer critérios de priorização. 	<ul style="list-style-type: none"> - Conhecimento da realidade local - Recursos previstos para realização da atividade de levantamento e avaliação dos projetos existentes.
	Falta da definição de critérios objetivos para priorização dos projetos	Alta	baixa	<ul style="list-style-type: none"> - Destinação inadequada dos recursos previstos na fase III do Termo de Referencia – financiamento de projetos. - Aprovação de recursos para projetos sem viabilidade econômica. 	<ul style="list-style-type: none"> - Metodologia pautada na construção de consenso - Equipe técnica para avaliar consistência do projeto e capacidade operacional da entidade/órgão proponente
	Falta de entendimento e negociação entre os envolvidos	Alta	media	<ul style="list-style-type: none"> - Conflitos em função da pequena oferta de recursos em função da grande demanda por financiamentos dos projetos 	<ul style="list-style-type: none"> - Metodologia pautada na construção de consenso

Meta	Descrição do Risco	Importância	Potencial de Ocorrência	Problemas	Estratégia para Minimizar
Meta VI – Monitoramento, acompanhamento, registro da memória e avaliação das metas e atividades desenvolvidas no escopo do projeto	Não detecção de problemas na condução do processo	Alta	Baixo	<ul style="list-style-type: none"> - Não alcance de metas, objetivos e cumprimento de prazos 	-
	Incapacidade de adequar as ações e metodologias propostas que poderiam ser apontadas por um monitoramento e avaliação sistemáticas	Alta	Baixo	<ul style="list-style-type: none"> - Não alcance de metas, objetivos e cumprimento de prazos 	-

Importância Baixa, media, alta

Potencial de Ocorrência: Baixo, médio, alto